



MUNICÍPIO DE GAVIÃO

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

**Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
Plano de Ação – caderno II (2021 a 2030)**

Ficha Técnica

Coordenação: José Pio (Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios); Júlio Churro Catarino (Gabinete Técnico Florestal do Município de Gavião)

Elaboração: Renato Baptista (ERRE LRB); António Silva (ERRE LRB)

Colaboração: António José Bento Gonçalves (Universidade do Minho); António Avelino Batista Vieira (Universidade do Minho)

ÍNDICE

ÍNDICE.....	3
ÍNDICE DE FIGURAS	5
ÍNDICE DE TABELAS	6
1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI).....	7
1.1 Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	8
1.2 Plano Distrital de Defesa da Floresta contra incêndios de Portalegre.....	10
1.3 Conselho Nacional de Reflorestação.....	10
1.4 Estratégia Nacional para as Florestas.....	10
1.5 Plano Regional de Ordenamento do Território	10
1.6 Programa Regional de Ordenamento Florestal	11
1.7 PMDFCI de concelhos limítrofes.....	13
1.8 Plano Diretor Municipal de Gavião	13
1.9 Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Gavião.....	13
1.10 Zonas de Intervenção Florestal	14
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	15
2.1 Modelos de combustíveis florestais	15
2.2 Cartografia de risco de incêndio florestal.....	16
2.2.1 Perigosidade de incêndio florestal.....	16
2.2.2 Risco de incêndio florestal	17
2.3 Prioridades de defesa.....	18
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI	19
3.1 Tipologia	19
3.2 Objetivos e metas do PMDFCI	20
4. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	20
4.1 Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	21
4.1.1 Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios	21
4.1.2 Planeamento das ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico	28
4.2 Redução da incidência dos incêndios.....	52
4.2.1 Avaliação.....	52

4.2.2	Planeamento das ações referentes ao 2.º Eixo Estratégico	53
4.3	Melhoria da eficiência do ataque e da gestão dos incêndios	55
4.3.1	Avaliação.....	56
4.3.2	Planeamento das ações referentes ao 3.º Eixo Estratégico	59
4.4	Recuperar e reabilitar ecossistemas.....	60
4.4.1	Avaliação.....	61
4.4.2	Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico	62
4.5	Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	63
4.5.1	Avaliação.....	63
4.5.2	Planeamento das ações referentes ao 5.º Eixo Estratégico	64
5.	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO.....	66
5.1	Orçamento total	66
6.	BIBLIOGRAFIA.....	68

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Instrumentos do SDFCI e de Gestão Territorial	9
Figura 2 – PROF-Alentejo – sub-regiões homogéneas	12
Figura 3 – PROF-Alentejo – Corredores Ecológicos	12
Figura 4 – Zonas de Intervenção Florestal	14
Figura 5 – Modelos de Combustíveis Florestais	15
Figura 6 – Perigosidade de Incêndio Florestal	17
Figura 7 – Risco de Incêndio Florestal	18
Figura 8 – Prioridades de Defesa	19
Figura 9 – Faixas de Gestão de Combustível	22
Figura 10 – Rede Viária Florestal	24
Figura 11 – Rede de Pontos de Água	26
Figura 12 – Ações de Silvicultura efetuadas no âmbito da DFCI efetuadas no ano de 2020	28
Figura 13 – Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2021	29
Figura 14 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2022	30
Figura 15 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2023	30
Figura 16 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2024	31
Figura 17 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2025	31
Figura 18 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2026	32
Figura 19 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2027	32
Figura 20 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2028	33
Figura 21 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2029	33
Figura 22 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2030	34
Figura 23 - Fiscalização	54
Figura 24 – Rede de Vigilância e Detecção de Incêndio do Concelho de Gavião	56
Figura 25 – Primeira Intervenção Do Concelho de Gavião	57
Figura 26 – Gráfico da Média dos Tempos de Chegada para Primeira Intervenção por Freguesia (min)	58
Figura 27 – Estabilização de Emergência	61
Figura 28 – Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	62

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Modelos de Combustível.....	16
Tabela 2 – Perigosidade de Incêndio Florestal.....	17
Tabela 3 – Risco de Incêndio Florestal	18
Tabela 4 – Objetivos e Metas	20
Tabela 5 – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.....	21
Tabela 6 – Rede de FGC e MPGC	23
Tabela 7 – Rede Viária Florestal.....	24
Tabela 8 – Rede de Pontos de Água.....	27
Tabela 9 – Distribuição das Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis.....	35
Tabela 10 – Distribuição da Rede Viária Florestal	37
Tabela 11 – Distribuição da Rede de Pontos de Água 2021-2025	38
Tabela 12 - Distribuição da Rede de Pontos de Água 2026-2030.....	43
Tabela 13 – Metas e Ações para o período de 2021 a 2030.....	48
Tabela 14 – Orçamento no período de 2021 a 2030.....	50
Tabela 15 – Redução da Incidência dos Incêndios.....	52
Tabela 16 – Comportamentos de Risco.....	52
Tabela 17 – Fiscalização no ano de 2019.....	53
Tabela 18 – Ações de Sensibilização no Território Municipal	53
Tabela 19 – Ações de Sensibilização e Fiscalização do Concelho de Gavião	54
Tabela 20 – Orçamento das Ações de Sensibilização e Fiscalização.....	55
Tabela 21 – Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios	56
Tabela 22 – Índice entre o n.º de ocorrência e o n.º de equipas de vigilância.....	57
Tabela 23 – Índice entre o n.º de Ocorrência e o n.º de Equipas de 1ª Intervenção	58
Tabela 24 – Número de Reacendimento no Período de 2010 a 2019.....	58
Tabela 25 – Ações, Metas e Indicadores para o Período de 2021 a 2030	59
Tabela 26 – Orçamento e Entidades Responsáveis para o Período de 2021 a 2030	60
Tabela 27 – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas	60
Tabela 28 – Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional	63
Tabela 29 – Diagnóstico de formação para o período de 2021 a 2030	64
Tabela 30 – Entidades intervenientes no SDFCI.....	64
Tabela 31 – Programa de formação e respetivo orçamento para o período de 2021 a 2030	65
Tabela 32 – Cronograma de reuniões da CMDFCI par o período de 2021 a 2030	65
Tabela 33 – Estimativa de Orçamento para o Período de 2021 a 20230.....	66

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

A floresta Portuguesa tem como principal “inimigo” os incêndios florestais, como é notório nos acontecimentos no ano de 2003 e 2017. Com o objetivo que tal realidade não volte a acontecer, o presente plano tenta permitir uma operacionalidade de meios e entidades a nível local.

Considerando-se que o presente documento seja um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visa concretizar os objetivos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), ou seja, aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais, reduzir, reabilitar os ecossistemas, as comunidades e adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

O PMDFCI sustentado pelos objetivos e metas dos cinco eixos estratégicos, e pelo enquadramento no Território do Concelho. A estratégia concelhia foi delineada para:

- reduzir o número de ocorrências, através de ações de formação, sensibilização, informação, divulgação, etc;
- reduzir o tempo de intervenção, melhorando o dispositivo dos meios no terreno, originando menor área ardida;
- reduzir a carga combustível nas áreas prioritárias
- arborizações racionais do ponto de vista de ordenamento do território e das várias infraestruturas fundamentais na Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

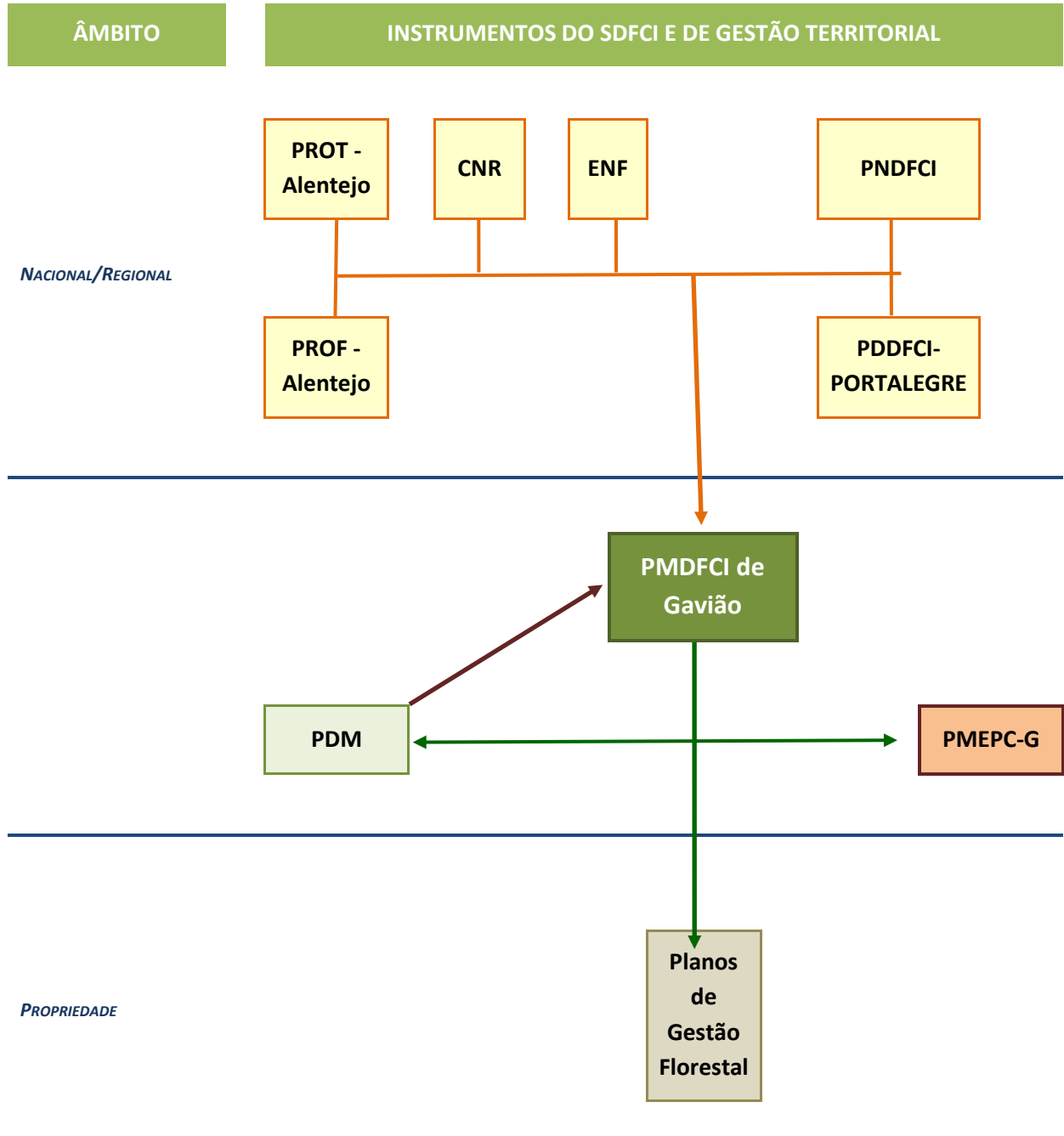
A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), apoiada pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF), desenvolveu a presente revisão, que será executada pelas diferentes entidades responsáveis, sobretudo, no Território Municipal, em consonância com o Plano Diretor Municipal (PDM), Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo e eventuais Planos de Gestão Florestal em vigor no Concelho. As normas definidas neste plano deverão igualmente ir de encontro à estratégia distrital de DFCI, definidos pelo Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

1.1 Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Com o intuito de dotar o país de instrumentos de planeamento florestal que levassem a uma redução significativa das áreas ardidas, bem como a um aumento da resiliência dos espaços florestais, são definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) os objetivos gerais de prevenção, pré-supressão, supressão e recuperação de áreas ardidas, assim como as metas a atingir e as responsabilidades dos diferentes agentes de proteção (públicos e privados), num enquadramento sistémico e transversal.

Um dos objetivos primordiais do PNDFCI passa por reforçar a organização de base municipal através da elaboração e execução de PMDFCI, os quais consolidam e integram as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta a implementar a nível local, concretizando os objetivos distritais, regionais e nacionais do SDFCI. Além disso, a operacionalização do PMDFCI é concretizada através de um Plano Operacional Municipal (POM), que particulariza a execução destas ações de acordo com o previsto na carta de síntese e no programa operacional do PMDFCI, sendo que a sua atualização anual deverá decorrer da avaliação do desempenho do dispositivo, com base num quadro de indicadores municipais.

Figura 1 – Instrumentos do SDFCI e de Gestão Territorial



1.2 Plano Distrital de Defesa da Floresta contra incêndios de Portalegre

O PDDFCI de Portalegre estabelece a estratégia distrital do SDFCI, através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do PNDFCI e em consonância com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF). O PDDFCI procura ainda desempenhar a função de figura de planeamento de escala intermédia, entre o PNDFCI e o PMDFCI, integrando informação presente neste último. Este plano foi aprovado em 08 de agosto de 2016 e terá de ser revisto até dia 08 de agosto de 2021.

1.3 Conselho Nacional de Reflorestação

O PMDFCI de Gavião deverá indicar as operações de recuperação a desencadear após a ocorrência de incêndios. Aquelas deverão encontrar-se em conformidade com as orientações definidas pelo Conselho Nacional de Reflorestação (CNR). As orientações estratégicas definidas pela CNR encontram-se essencialmente focadas na garantia da sustentabilidade dos usos atribuídos aos espaços florestais e na sua resiliência, identificando os princípios gerais a ter em consideração aquando do planeamento e recuperação das áreas ardidas.

1.4 Estratégia Nacional para as Florestas

A gestão dos combustíveis integra-se no conjunto de ações a implementar no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, assumindo particular relevância nas medidas de silvicultura preventiva que se realizam para reduzir o risco de ocorrência de incêndios florestais. Neste âmbito, é proposto na Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) a utilização de técnicas de gestão de combustíveis menos onerosas, tais como o pastoreio extensivo e o fogo controlado. Além do apoio à utilização da biomassa florestal em centrais de energia, é também proposto que seja efetuada uma discriminação positiva a esta atividade fora da área de influência das centrais, desde que o material consumido seja biomassa florestal proveniente da gestão de combustíveis no âmbito das medidas de silvicultura preventiva e da exploração florestal (instalação, condução e extração).

1.5 Plano Regional de Ordenamento do Território

O concelho de Gavião encontra-se abrangido pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-Alentejo) publicado pela Resolução do Conselho de Ministros 53/2010 de 2 de agosto de 2010. Este Plano sofreu uma retificação na Declaração de Retificação

30-A/2010 de 1 de outubro de 2010. Um dos objetivos deste plano prende-se com a definição de um modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de promover o adequado ordenamento agrícola e florestal do território e preservar os solos agrícolas, nomeadamente das pressões de urbanização e de valorizações especulativas.

1.6 Programa Regional de Ordenamento Florestal

O Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF-Alentejo), onde se insere o concelho de Gavião, foi aprovado pela Portaria 54/2019 de 11 de fevereiro, tendo sido aprovado em conjunto com os seus equivalentes noutras regiões do país no mesmo dia. Este programa define um conjunto de objetivos específicos transversais a toda a região, baseados na Estratégia Nacional para as Florestas, nomeadamente:

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do território;
- Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

As normas do PROF que condicionem a ocupação, uso e transformação do uso do solo em espaços florestais têm de ser obrigatoriamente vertidas para os Planos Territoriais de âmbito Intermunicipal e Municipal. Na abrangência do território do município de Gavião existem vários planos abrangidos por esta disposição como o Plano Diretor Municipal do Gavião, os Planos de Pormenor da Área de Expansão do Loteamento Industrial de Gavião e da Ampliação do Loteamento Industrial de Gavião. Estes planos têm de ser analisados e revistos de modo a compatibilizarem-se.

O PROF – Alentejo prevê uma série de Corredores Ecológicos e Sub-Regiões Homogéneas. Os corredores ecológicos ocupam uma área de aproximadamente 6384 ha que correspondem a cerca de 22% do território do concelho. A Sub-Região Homogénea preconizada no território do município é a Charneca do Alto Alentejo que ocupa a totalidade do concelho. A Cartografia dos Corredores Ecológicos e Sub-Regiões Homogéneas preconizadas no PROF-Alentejo estão nos Mapas 1 e 2.

Figura 2 – PROF-Alentejo – sub-regiões homogéneas

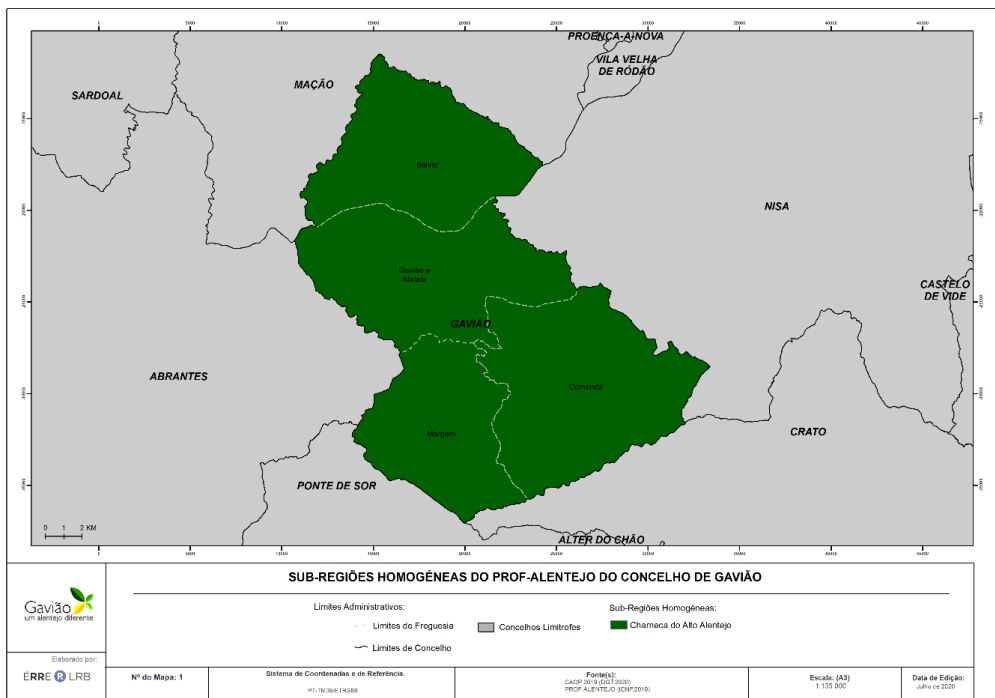
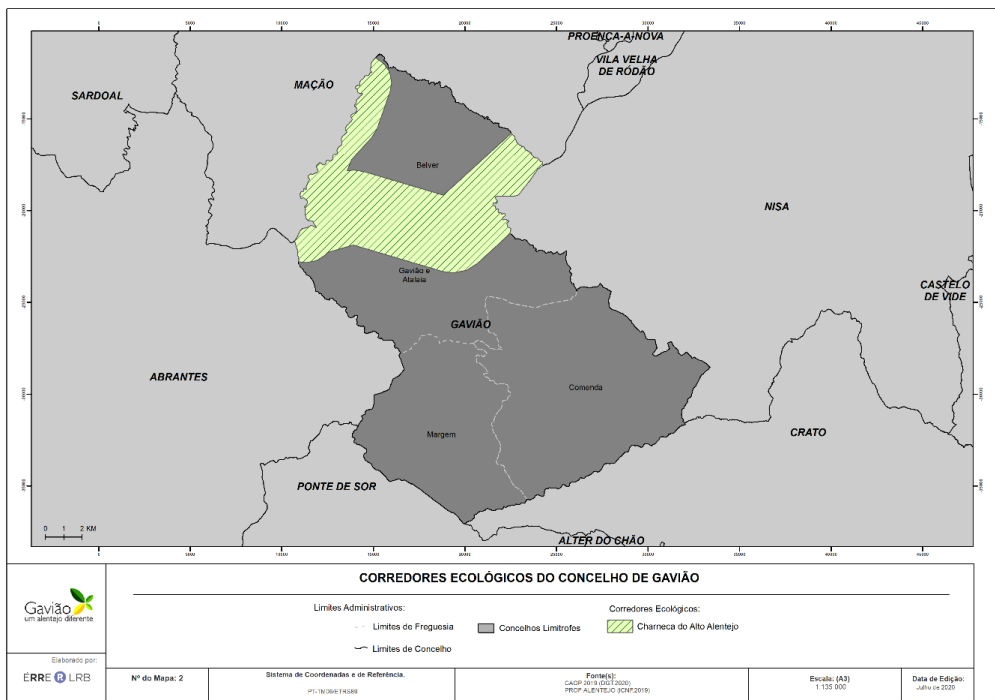


Figura 3 – PROF-Alentejo – Corredores Ecológicos



As intervenções nos corredores ecológicos têm de respeitar as normas identificadas no capítulo E do documento. Essas normas têm especificidades se aplicadas em linhas de água e áreas florestais sensíveis que correspondem a motivos de proteção contra a erosão, Importância Ecológica, Social e Cultural, Perigosidade de Incêndio Florestal e Suscetibilidade a Pragas e Doenças.

O disposto neste documento deve ser tido em conta quando se planearem e desenvolverem as ações pertencentes a este plano.

1.7 PMDFCI de concelhos limítrofes

O concelho de Gavião limita a norte e oeste com Mação, a este com Nisa a sueste com o Crato, a sudoeste por Ponte de Sor e a Oeste por Abrantes. A aplicação no terreno do PMDFCI de Gavião tem de ser coordenada com os PMDFCI destes concelhos nos limites territoriais do concelho de Gavião. É aconselhável a existência de uma boa relação e contactos regulares com os Gabinetes Técnicos Florestais dos municípios limítrofes.

O município de Ponte de Sor não tem PMDFCI em vigor. O PMDFCI de Mação encontra-se em vigor, tendo sido aprovado em 4 de dezembro de 2015, o PMDFCI de Nisa foi aprovado em 17 de abril de 2020, o PMDFCI de Crato em 25 de julho de 2019 e o PMDFCI de Abrantes em 27 de junho de 2016.

1.8 Plano Diretor Municipal de Gavião

O Plano Diretor Municipal em vigor foi publicado pela Resolução do Conselho de Ministros 136/96 de 30 de agosto de 1996 e posteriormente foi alvo de uma alteração por adaptação publicada no aviso 21008/2010 de 20 de outubro de 2010. Esta última alteração foi feita para compatibilizar o PDM com o PROT Alentejo publicado pela Resolução do Conselho de Ministros 53/2010.

Os Planos de Pormenor em vigor no concelho respeitam e enquadram-se no PDM em vigor e, conseqüentemente, respeitam e são compatíveis com o PMDFCI presente.

1.9 Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Gavião

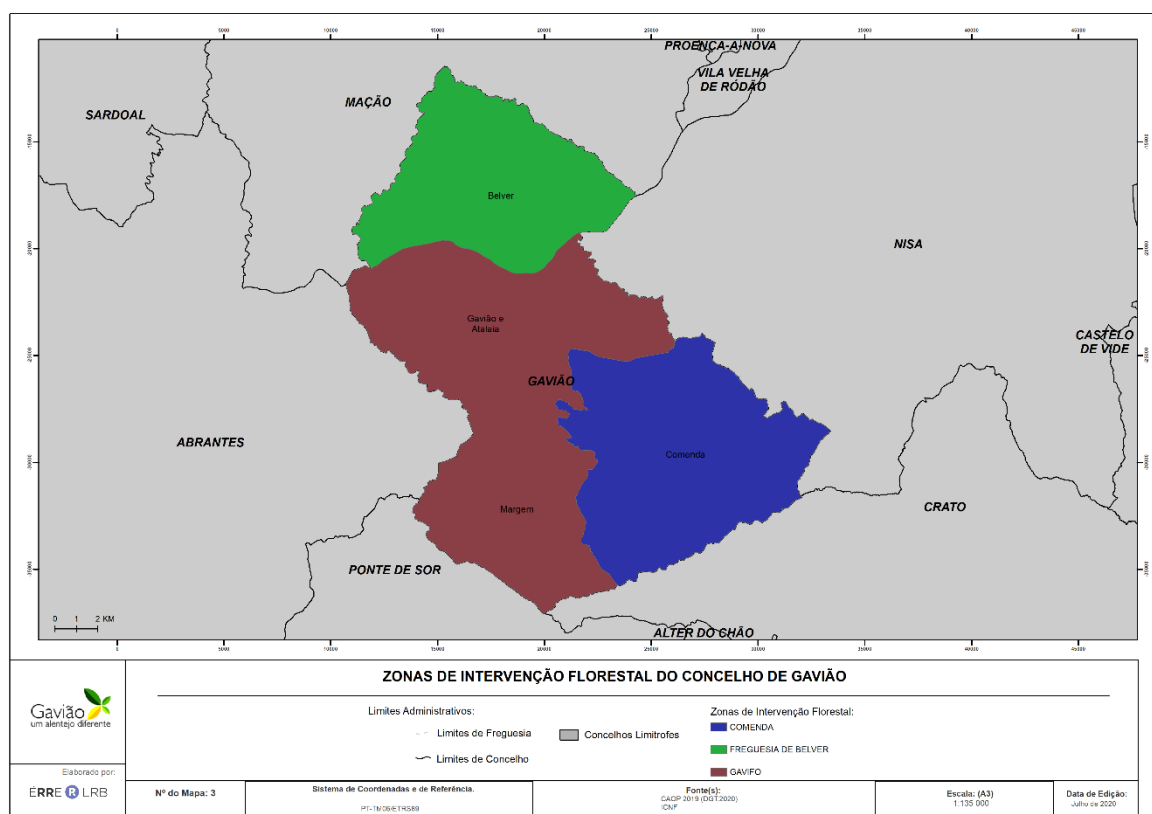
O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Gavião (PMEPC-G) foi aprovado recentemente. O PMEPC-G descreve as estruturas organizacionais e operacionais de

suporte à resposta de emergência e proteção civil. O documento é recente e encontra-se adaptado às exigências atuais e está compatibilizado com este PMDFCI.

1.10 Zonas de Intervenção Florestal

No concelho de Gavião existem 3 Zonas de Intervenção Florestal, nomeadamente a ZIF de Gavião, que tem 13474 hectares e abrange a totalidade da União de Freguesias de Atalaia e Gavião e a freguesia de Margem, a ZIF de Comenda que tem 9920 hectares e abrange a totalidade da freguesia da Comenda e a ZIF da Freguesia de Belver que tem 6983 hectares e abrange a totalidade da freguesia homónima. Estas Zonas de Intervenção Florestal encontram-se representadas no Mapa 3.

Figura 4 – Zonas de Intervenção Florestal



2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

As distintas ocupações e usos do território, quer sejam espontâneas, resultantes dos múltiplos condicionalismos litológicos, edafoclimáticos, hidrológicos, fitogeográficos e zoogeográficos, quer as humanizadas, resultantes de diversas ações mais ou menos intensas do Homem, são determinantes, em cada momento, para as comunidades, espécies vegetais e animais presentes, ou pela sua ausência, em cada parcela do Território.

2.1 Modelos de combustíveis florestais

A criação do Mapa dos Combustíveis Florestais, visível no Mapa 4, teve como base a caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, seguindo a classificação criada pelo “Northern Forest Fire Laboratory”. Da sua análise é possível constatar que as formações vegetais com maior potencial para o desenvolvimento de fogos de intensidade e velocidade de propagação elevada localiza-se em praticamente todo o Território do Concelho. No Quadro seguinte é possível verificar a distribuição das áreas associadas a cada modelo de combustível.

Figura 5 – Modelos de Combustíveis Florestais

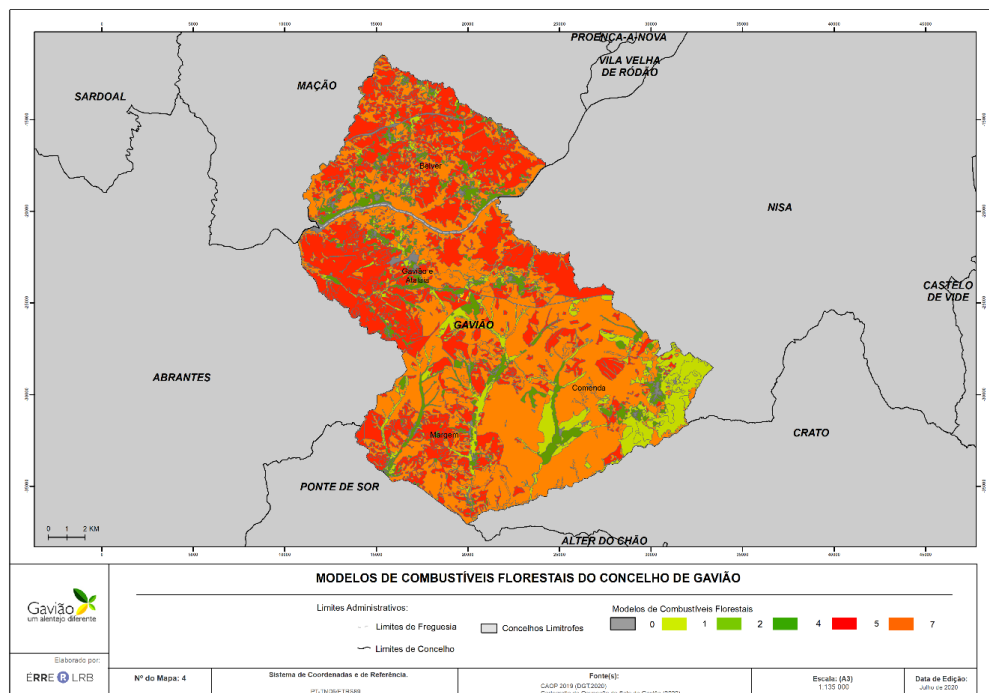


Tabela 1 – Modelos de Combustível

Modelo de Combustível		Área	
		ha	%
Modelo 0		532	2
Herbáceo	Modelo 1	2274	8
	Modelo 2	2774	8
Arbustivo	Modelo 4	10	1
	Modelo 5	13629	46
	Modelo 7	10241	35
Total		29460	100

2.2 Cartografia de risco de incêndio florestal

O modelo de risco de incêndio florestal está centrado no mapa de perigosidade, que resulta da combinação das componentes da probabilidade com a suscetibilidade, e o mapa de risco, que resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial.

2.2.1 Perigosidade de incêndio florestal

O mapa da perigosidade de incêndio florestal é particularmente indicado para ações de prevenção. Pela observação do mapa 5, as freguesias de Belver e Gavião é onde o grau de perigosidade é mais elevado, ou seja, territórios que caso exista alguma ocorrência possa atingir maior magnitude, principalmente nas encostas do Rio Tejo, Ribeira de Barrocas e Alferrereira, Ribeira de Canas, Ribeira de Belver e Ribeira de Eiras.

Figura 6 – Perigosidade de Incêndio Florestal

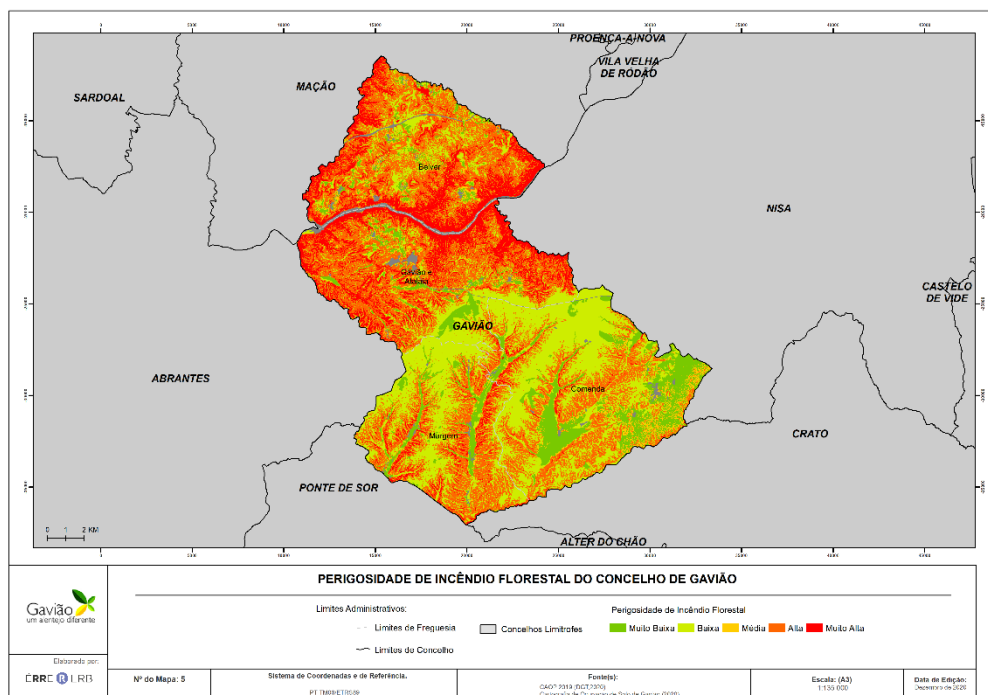


Tabela 2 – Perigosidade de Incêndio Florestal

Classes de Perigosidade	Área	
	ha	%
Nula	542	2
Muito Baixa	2.968	10
Baixa	9.730	33
Média	938	3
Alta	10.916	37
Muito Alta	4.365	15
Total	29.459	100

2.2.2 Risco de incêndio florestal

O mapa de risco tem um papel importante nas ações de prevenção quando interpretado em conjunto com o mapa de perigosidade, bem como para o planeamento das ações de supressão. Segundo o mapa 6, é nas freguesias de Belver e Gavião, onde se observa a probabilidade de maior grau de risco de incêndio florestal no Território do Concelho de Gavião.

Figura 7 – Risco de Incêndio Florestal

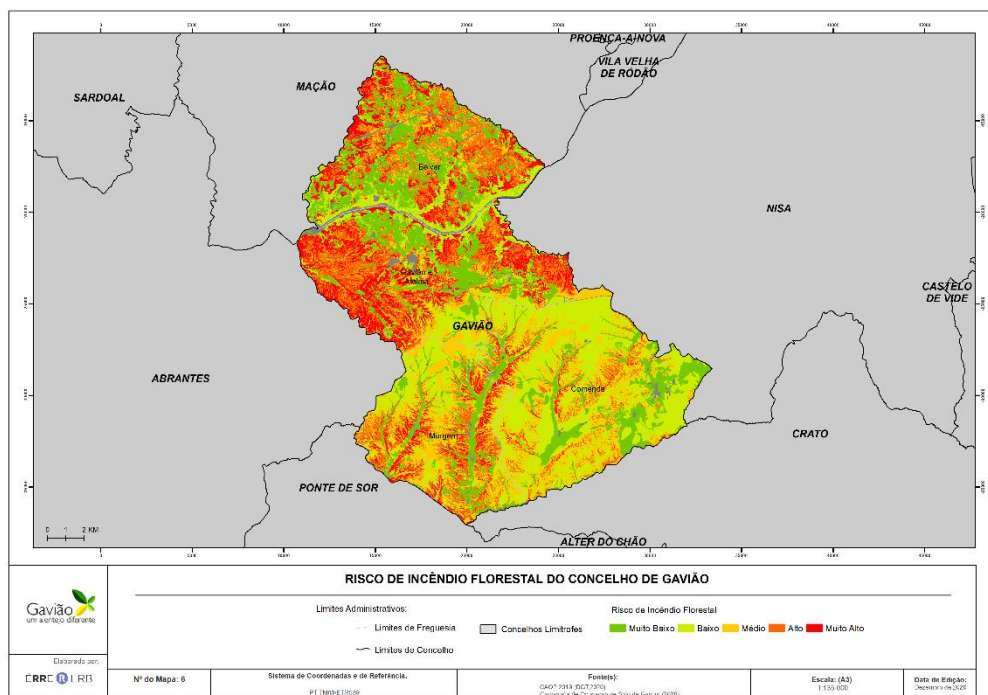


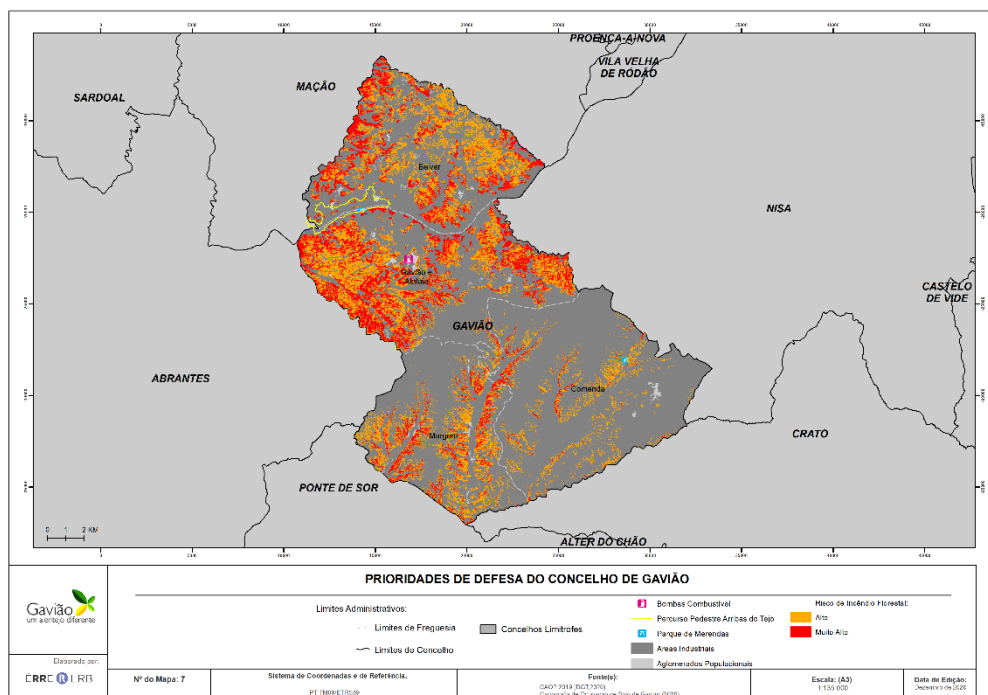
Tabela 3 – Risco de Incêndio Florestal

Classes de Risco	Área	
	ha	%
Nulo	612	2
Muito Baixo	6.247	20
Baixo	8.104	28
Médio	5.626	19
Alto	5.474	19
Muito Alto	3.396	12
Total	29.459	100

2.3 Prioridades de defesa

O mapa de prioridades de defesa que pode ser visto no Mapa 7, tem como objetivo identificar claramente quais os elementos que interessa proteger, constituindo para esse fim prioridades de defesa. Com base no mapa de risco classificado de grau elevado e muito elevado, as infraestruturas prioritárias no Território do Concelho são os aglomerados populacionais bem com os percursos pedestres localizados nas freguesias de Belver e Gavião.

Figura 8 – Prioridades de Defesa



3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1 Tipologia

A tipologia dos concelhos resulta da interligação entre o número de ocorrências e a área ardida, definida pelo ICNF, com o objetivo de relacionar o tipo de problemas com as soluções associadas à incidência do fogo.

Com base na informação disponibilizada pelo ICNF, com dados entre 1997 a 2019, o Território do Concelho de Gavião enquadra-se na tipologia de tipo T2, ou seja, registam-se poucas ocorrências mas muita área ardida.

3.2 Objetivos e metas do PMDFCI

Tabela 4 – Objetivos e Metas

Objetivos	Metas (anos)					Observações
	2021	2022	2023	2024	2025	
Reduzir área ardida	<45ha	<42,5ha	<40ha	<37,5ha	<35ha	A média anual de 2010 a 2019 foi de 49,7995ha
Reduzir n.º ocorrências	<13	<12	<11	<10	<9	A média anual de ocorrências entre 2010 e 2019 foi de 14 ocorrências
Sensibilização da comunidade	- de acordo com o PMDFCI e decidido anualmente pela CMDFCI					
1.ª intervenção em menos de 20 minutos	100%					
N.º reacendimentos	0%					Entre 2010 e 2019, 2,14% dos incêndios foram reacendimentos
Objetivos	Metas (anos)					Observações
	2026	2027	2028	2029	2030	
Reduzir área ardida	<32,5ha	<30ha	<27,5ha	<25ha	<22,5ha	A média anual de 2010 a 2019 foi de 49,7995ha
Reduzir n.º ocorrências	<8	<7	<6	<5	<4	A média anual de ocorrências entre 2010 e 2019 foi de 14 ocorrências
Sensibilização da comunidade	- de acordo com o PMDFCI e decidido anualmente pela CMDFCI					
1.ª intervenção em menos de 20 minutos	100%					
N.º reacendimentos	0%					Entre 2010 e 2019, 2,14% dos incêndios foram reacendimentos

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

A implementação do PMDFCI visa essencialmente garantir uma gestão adequada do património florestal, sendo necessárias medidas de planeamento adequado e uma gestão atempada.

No Plano Nacional estão definidos os eixos estratégicos de atuação, apresentando uma série de atividades e envolvimento de diversos agentes executores, que conduzem à prossecução dos objetivos gerais e específicos deste documento.

Para o cumprimento do disposto anteriormente, estrategicamente divide-se em 5 eixos, designadamente:

1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.

2.º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios.

3.º Eixo Estratégico – Melhorar a eficiência do ataque e gestão de incêndios.

4.º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

4.1 Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Este primeiro Eixo Estratégico, tem como principal objetivo promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, nomeadamente na proteção de zonas de interface urbano-florestal e na implementação de programa de redução de combustíveis.

Tabela 5 – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Objetivo Estratégico	- Promover a gestão florestal preventivamente em áreas estratégicas
Objetivo Operacionais	- Proteger zonas de interface urbano/florestal - Implementar programas de redução de combustíveis
Ação	- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustíveis - Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis - Promover ações de silvicultura no âmbito do DCIF - Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água)

4.1.1 Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios

A RDFCI concretiza territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturção dos espaços rurais decorrentes da estratégica do planeamento de defesa da floresta contra incêndios e integra as seguintes componentes, de acordo com a legislação em vigor:

- Rede de faixas de gestão de combustíveis;
- Mosaico de parcelas de gestão de combustíveis;
- Rede viária florestal;
- Rede de pontos de água.

Tabela 6 – Rede de FGC e MPGC

Código da Descrição da Faixa	Designação da Faixa	Área Total (ha)	
		Com Intervenção	Sem Intervenção
1	Edificações integradas em espaços rurais	120,82	0
2	Aglomerados populacionais	709,22	0
3	Parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	70,1	0
4	Rede viária florestal	297,77	0
5	Rede ferroviária	29,63	0
7	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão	120,84	0
8	Redes primárias de faixas de gestão de combustíveis	878,13	655,98
9	Redes terciárias de faixas de gestão de combustíveis	116,58	0
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão	135,56	0
13	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta tensão	57,72	0

As Faixas de Gestão de Combustível são fundamentais para o cumprimento de vários objetivos, essenciais à prevenção estrutural de incêndios, nomeadamente a proteção de infraestruturas e a criação de descontinuidades de material combustível no território de modo a diminuir o alastramento de incêndios. No Quadro 6 encontram-se descritas as FGC a serem

executadas, que também podem ser analisadas no Mapa 8. Os Mapas 12 a 21 descrevem as FGC a serem intervencionadas em cada ano de vigência do Plano.

4.1.1.2 RVF

A rede viária florestal constitui um dos fatores fundamentais para a valorização, proteção e usufruto da sociedade no espaço Territorial. São através destas infraestruturas que é possível o acesso aos aglomerados populacionais, aos povoamentos florestais, aos pontos de água, etc. A sua manutenção deve por isso, ter em conta as suas condições de transitabilidade e largura.

Figura 10 – Rede Viária Florestal

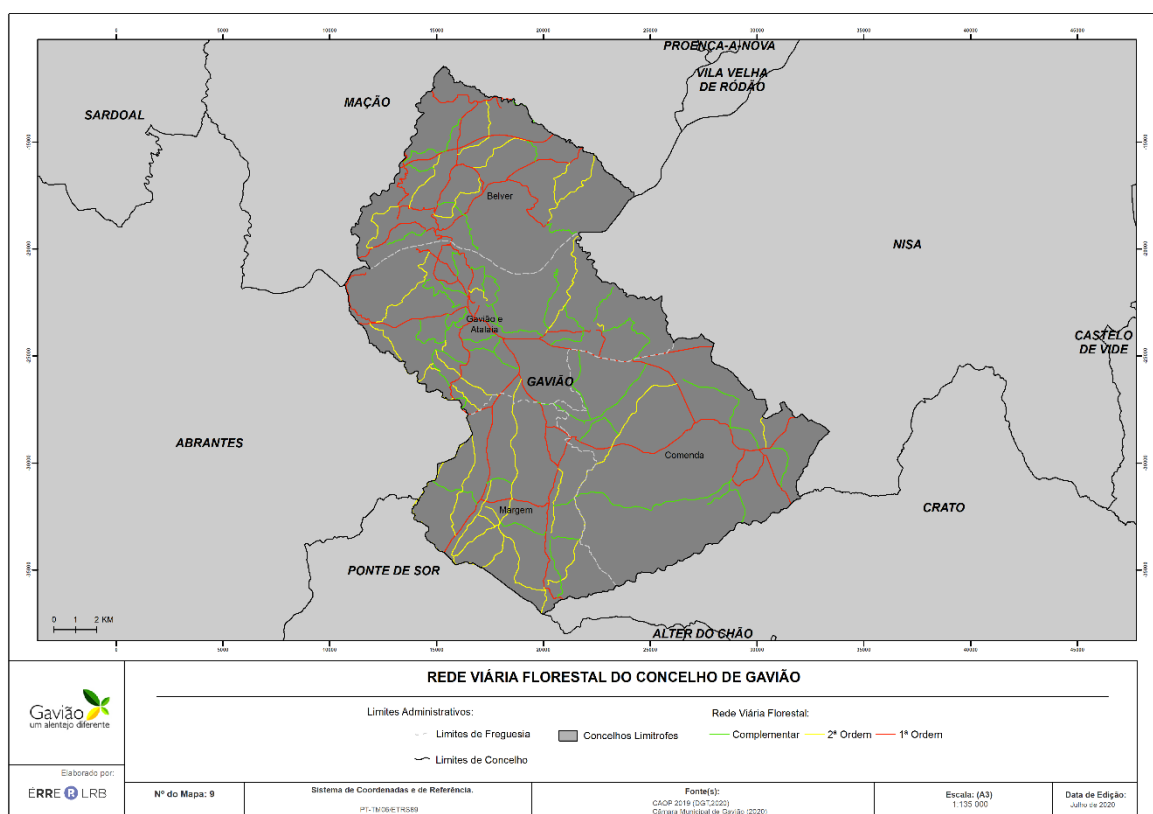


Tabela 7 – Rede Viária Florestal

Ordem das Vias	Classificação	Área Total (km)	
		Com Intervenção	Sem Intervenção
Fundamental de 1. ^a ordem	1	149,786	0
Fundamental de 2. ^a ordem	2	112,736	0
Complementar	3	112,366	0

A rede viária florestal no Concelho de Gavião, compreende as estradas do sistema nacional rodoviário, estradas e caminhos municipais e principais troços de terra batida existentes no território.

Estas vias encontram-se divididas da seguinte forma:

- Rede viária florestal fundamental, que consiste na rede de maior importância para o DFCI, uma vez que é aquela que garante a rápida ligação entre as infraestruturas e o território, nas várias ações de proteção civil, sejam elas de prevenção ou emergência, dividindo-se em 1.^a ordem e 2.^a ordem.

- Rede viária florestal complementar, que integra as vias que não são fundamentais, mas importantes quanto á gestão florestal, bem como complementares da RVF fundamental, constituídas pelas vias de 3.^a ordem.

Pela observação do mapa 9, registam-se cerca de 374.888km RVF no Concelho de Gavião, dos quais cerca de 70,03% RVF fundamental e 29,97% de RVF complementar. Pode-se considerar que a RVF está bem distribuída pelas várias freguesias, incidindo maior extensão nas freguesias onde se encontram as zonas de minifúndio, como é o caso de Belver e Gavião.

4.1.1.3 RPA

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, quer sejam naturais ou artificiais, acessíveis aos meios de extinção de incêndios florestais.

As suas funções, podem resumir-se a:

- Possibilitar o armazenamento dos meios de combate, quer sejam aéreos ou terrestres.
- Permitir o funcionamento de faixas de humedecimento.

A existência de pontos de água em boas condições de acesso pelos vários meios de combate, bem como a sua distribuição geográfica, permite uma resposta atempada, reduzindo assim a probabilidade de ocorrências de incêndios de grandes proporções.

O Concelho possui uma grande massa natural de água, como é o caso do rio Tejo, permitindo a qualquer tipo de meio de combate a sua utilização, facto importantíssimo na região geográfica influente, onde se regista grau de perigosidade elevado e muito elevado.

Pela observação do mapa 10, a RPA é constituída por cerca de 76 pontos de água identificados, distribuídos geograficamente em todo o Concelho de Gavião.

Figura 11 – Rede de Pontos de Água

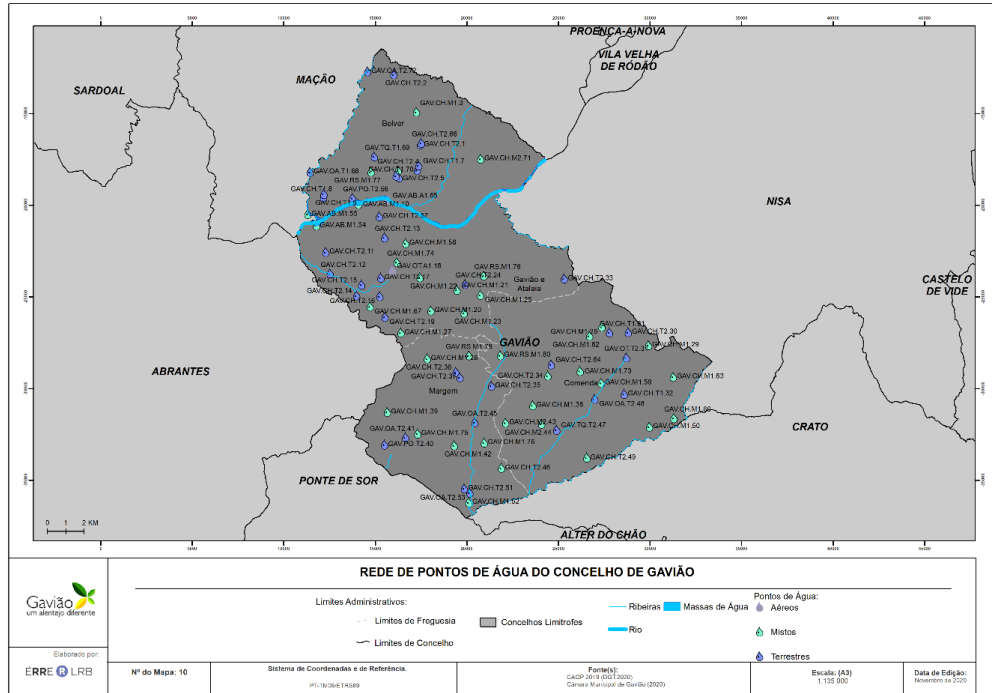


Tabela 8 – Rede de Pontos de Água

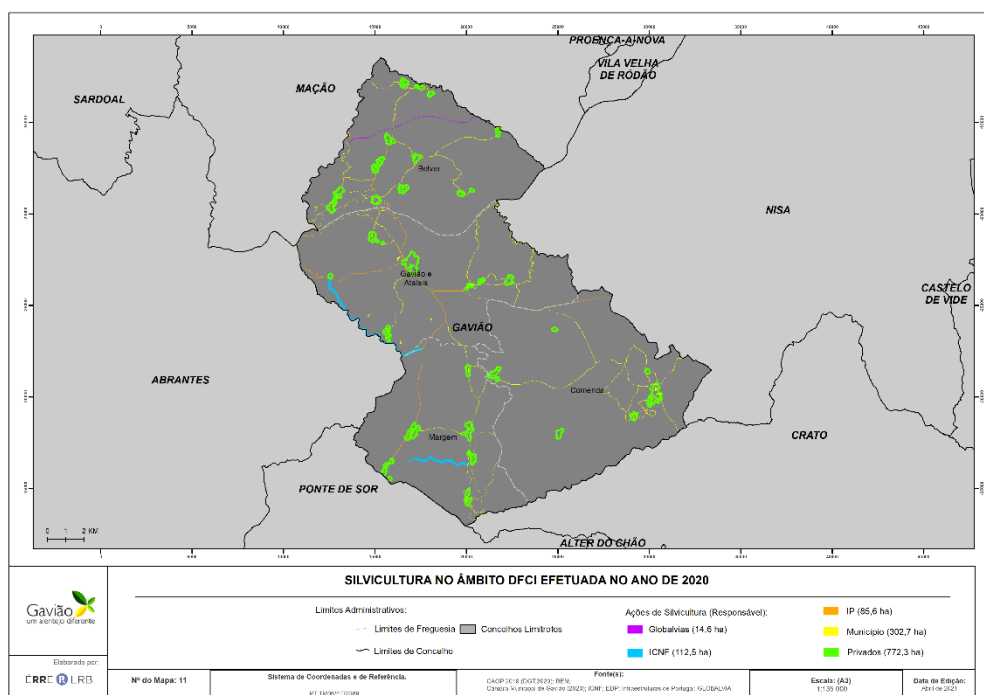
Código do Tipo de PA	Sinalética	Designação do PA	Quantidade	Com Necessidade de Intervenção
111	RS	Reservatório DFCI	4	0
112	PO	Poço	2	0
114	TQ	Tanque de Rega	2	0
115	OT	Outros	2	1
211	AB	Albufeira de Barragem	4	1
214	CH	Charca	60	11
225	OA	Outros Cursos de Água	6	0
Total			80	0

4.1.1.4 Silvicultura no âmbito da DFCI

No âmbito da silvicultura de DFCI, foram realizadas várias intervenções no Território Municipal no ano 2020, tais como:

- FGC da A23 da responsabilidade da GLOBALVIAS;
- FGC das Redes Primária e Terciária da responsabilidade do ICNF;
- FGC da Rede Viária da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal;
- FGC da Rede Viária da responsabilidade do Município;
- FGC de proteção a Aglomerados Populacionais da responsabilidade de privados.

Figura 12 – Ações de Silvicultura efetuadas no âmbito da DFCI efetuadas no ano de 2020



4.1.2 Planeamento das ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico

Os trabalhos a efetuar ao longo do período vigente do PMDFCI, foram agrupados por prioridades de necessárias de intervenção, em função da perigosidade e risco de incêndios.

Os meios de intervenção na execução das FGC serão da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários que a qualquer título detenham incluídos nas faixas delimitadas no presente plano.

As faixas associadas à RVF são da responsabilidade do Município, Globalvias e Infraestruturas de Portugal. A execução dos trabalhos de gestão das faixas, nas linhas de transporte de energia são da responsabilidade da REN e da EDP, bem como da rede ferroviária, da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Na rede primária as Faixas de Gestão de Combustíveis são da responsabilidade do ICNF/Município. As Faixas de Gestão de Combustível enquadradas na rede terciária são da responsabilidade do Município as Áreas Industriais e Equipamentos Florestais de Recreio e os particulares são responsáveis pela gestão das Faixas de Proteção a Edificado Isolado, Aglomerados Populacionais.

Quando se verificarem áreas de sobreposição nas FGC, a responsabilidade da gestão de combustíveis, recairá sobre as Entidades gestoras dessas faixas, em função do seu planeamento

das intervenções para o período de vigência do plano, o qual está vertido nos quadros e mapas que quantificam as intervenções por ano, o que não invalida que se verifiquem repetições de intervenção no mesmo ano, quando o planeamento das Entidades for coincidente. Em seguida podem ser verificadas as Intervenções Preconizadas no PMDFCI de 2021 a 2030.

Figura 13 – Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2021

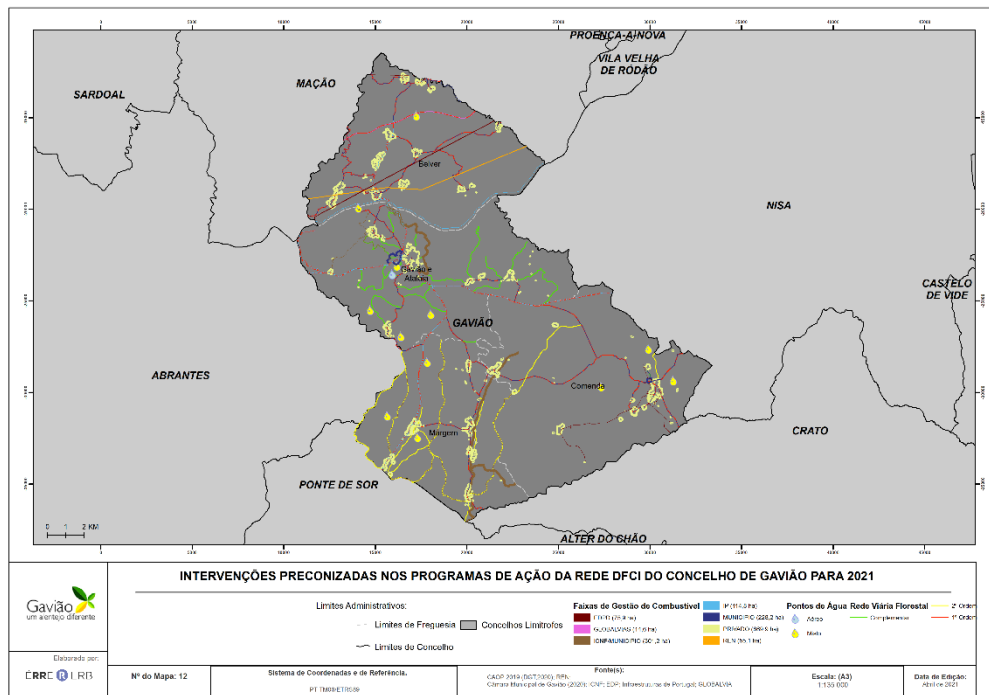


Figura 14 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2022

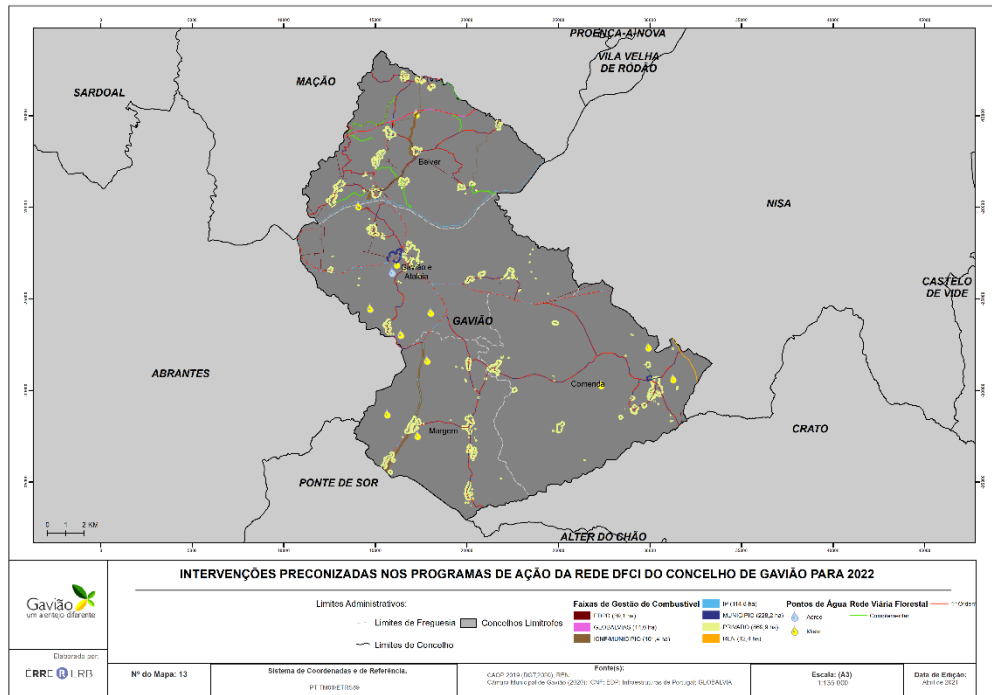


Figura 15 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2023

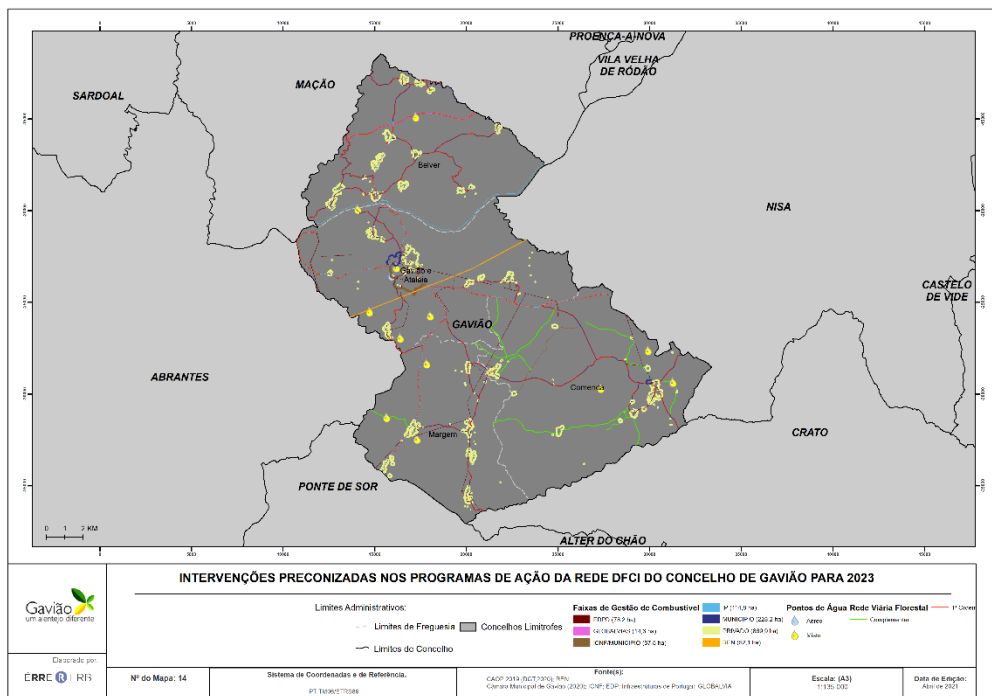


Figura 16 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2024

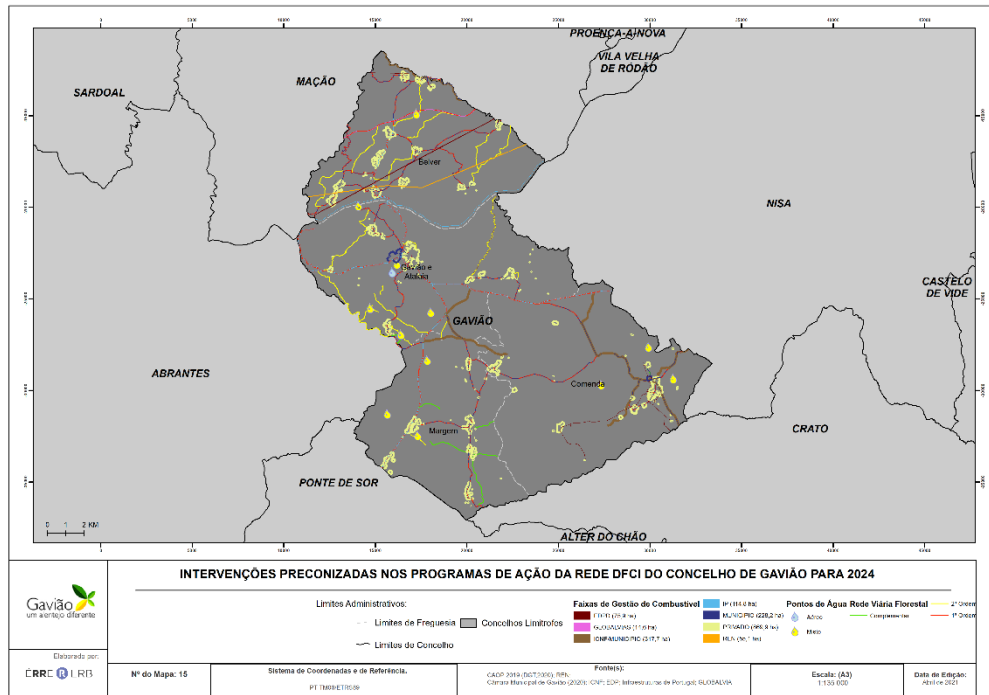


Figura 17 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2025

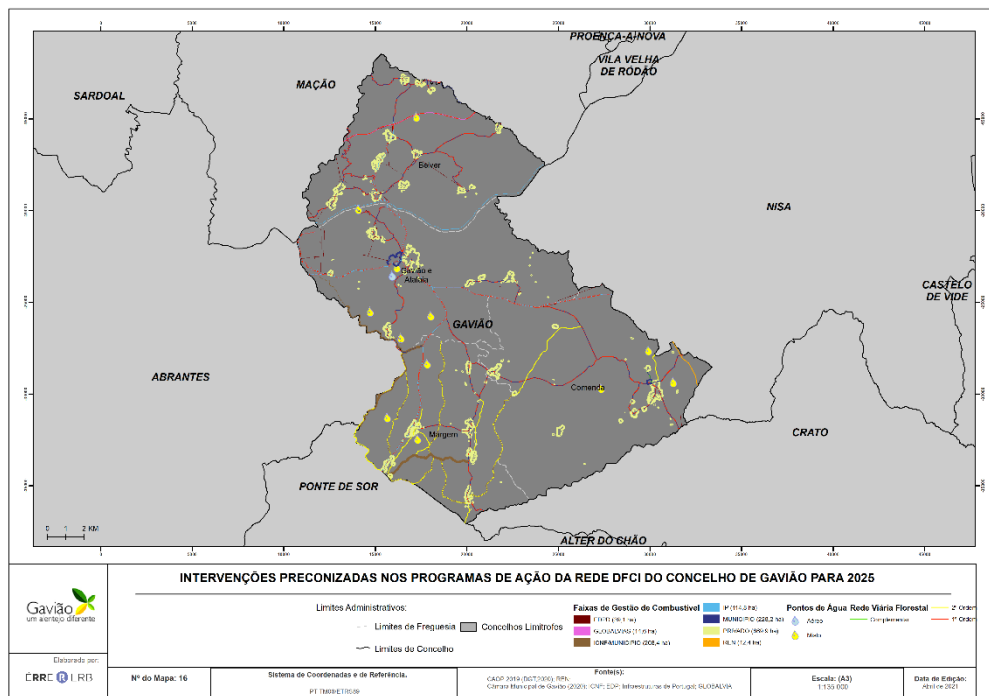


Figura 18 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2026

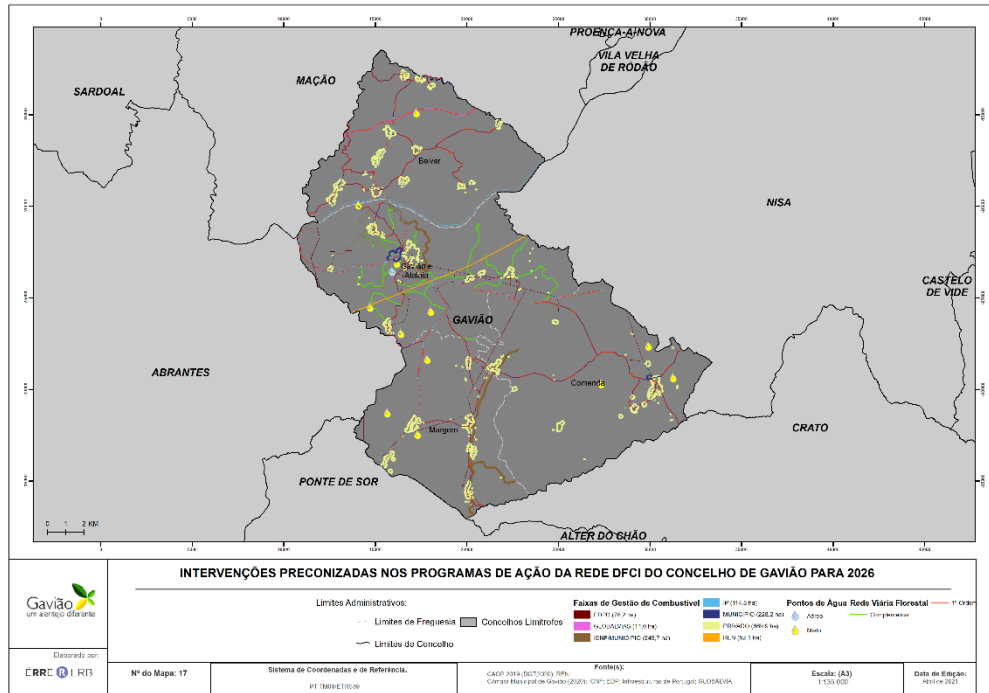


Figura 19 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2027

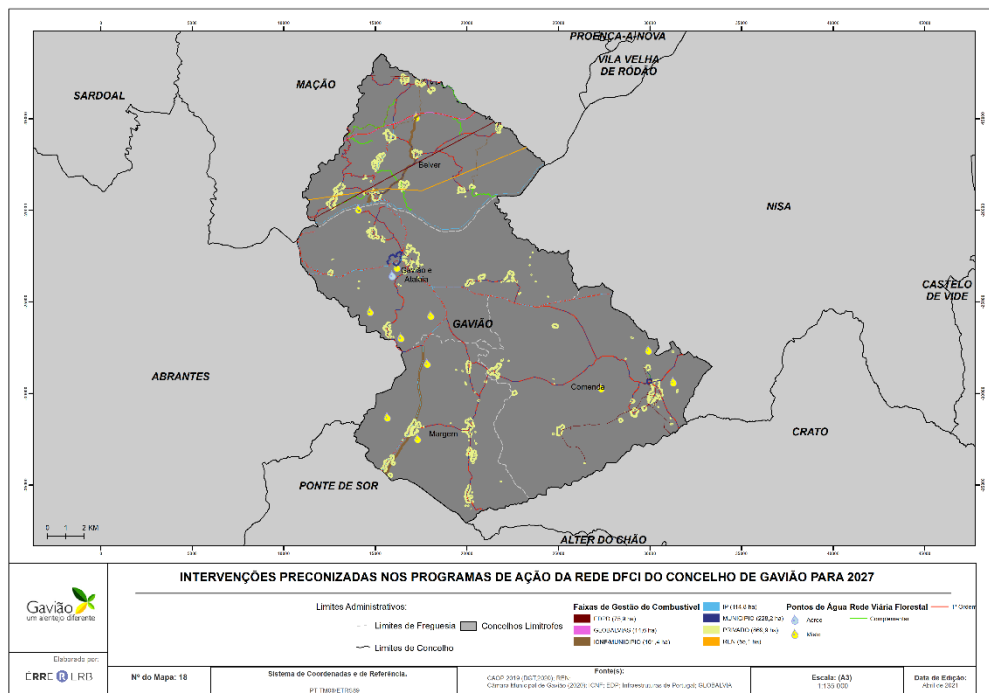


Figura 20 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2028

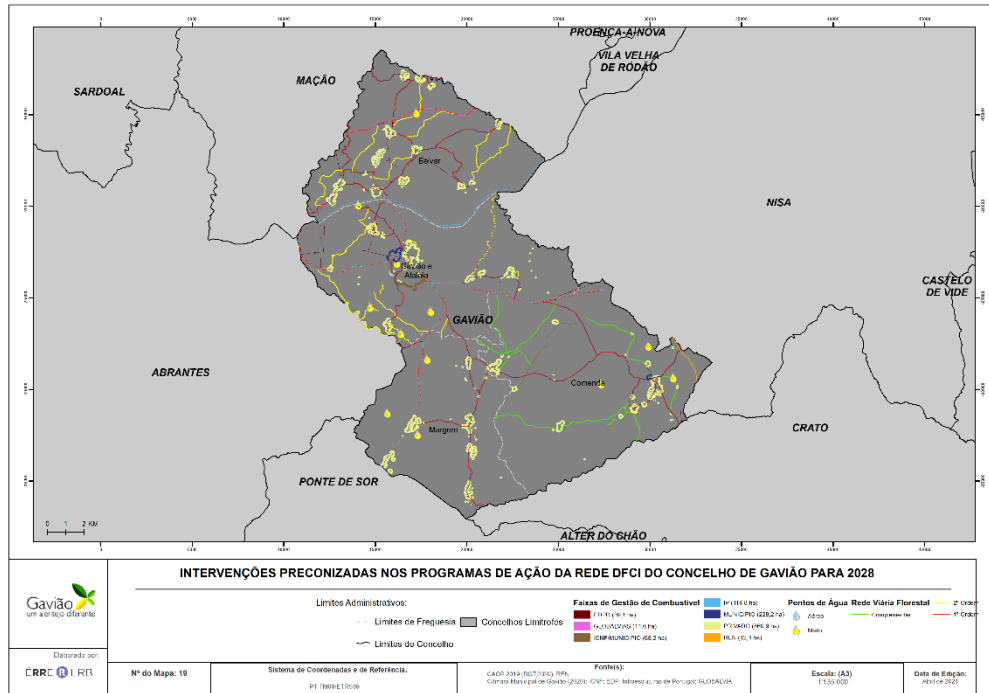


Figura 21 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2029

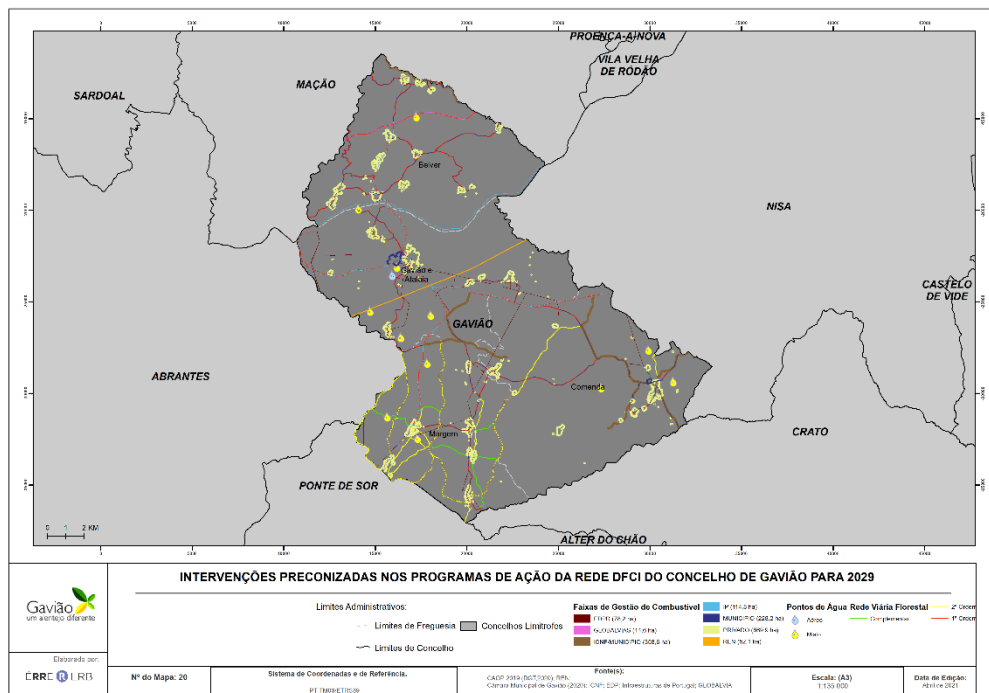
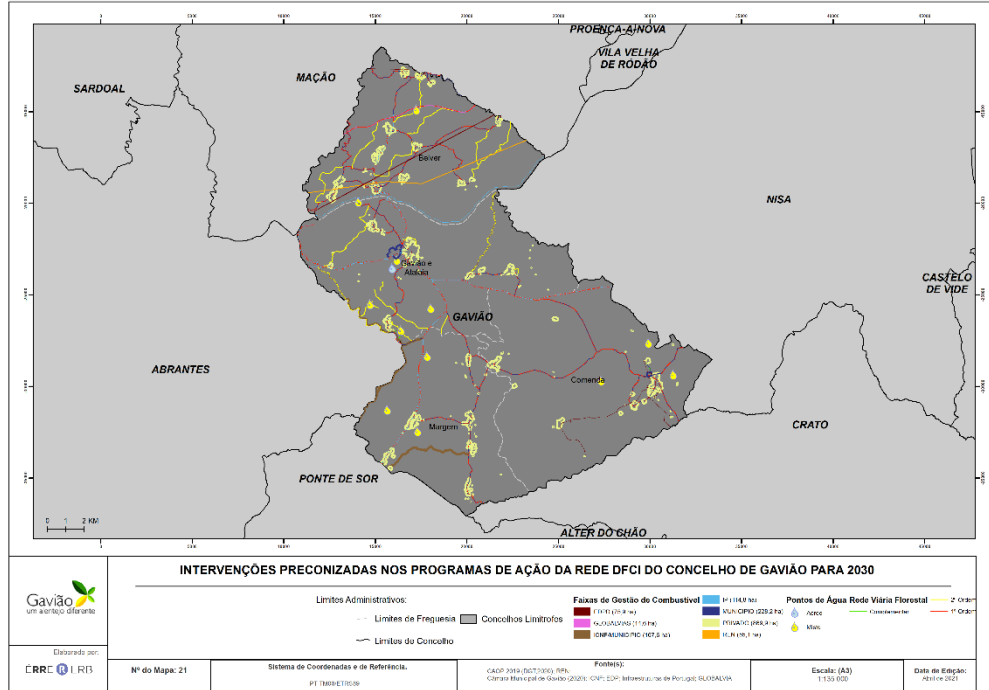


Figura 22 - Intervenções Preconizadas nos Programas de Ação da Rede DFCI do Concelho de Gavião para 2030



4.1.2.1 Rede de FGC e MPGC

Tabela 9 – Distribuição das Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Código da Descrição da Faixa	Designação da Faixa	Área Total (ha)		Distribuição da Área Total com Intervenção (ha)				
		Com Intervenção	Sem Intervenção	2021	2022	2023	2024	2025
1	Edificações integradas em espaços rurais	120,82	0	120,82	120,82	120,82	120,82	120,82
2	Aglomerados populacionais	709,22	0	709,22	709,22	709,22	709,22	709,22
3	Parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	70,1	0	70,1	70,1	70,1	70,1	70,1
4	Rede viária florestal	297,77	0	297,77	297,77	297,77	297,77	297,77
5	Rede ferroviária	29,63	0	29,63	29,63	29,63	29,63	29,63
7	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão	120,84	0	55,1	12,4	52,1	55,1	12,4
8	Redes primárias de faixas de gestão de combustíveis	878,13	655,98	233,23	140,3	46,5	307,04	151,06
9	Redes terciárias de faixas de gestão de combustíveis	116,58	0	67,98	21,1	10,98	10,67	57,39
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão	135,56	0	28,19	39,09	68,28	28,19	39,09
13	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta tensão	57,72	0	47,74	0,03	9,95	47,74	0,03

Código da Descrição da Faixa	Designação da Faixa	Área Total (ha)		Distribuição da Área Total com Intervenção (ha)				
		Com Intervenção	Sem Intervenção	2026	2027	2028	2029	2030
1	Edificações integradas em espaços rurais	120,82	0	120,82	120,82	120,82	120,82	120,82
2	Aglomerados populacionais	709,22	0	709,22	709,22	709,22	709,22	709,22
3	Parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários	70,1	0	70,1	70,1	70,1	70,1	70,1
4	Rede viária florestal	297,77	0	297,77	297,77	297,77	297,77	297,77
5	Rede ferroviária	29,63	0	29,63	29,63	29,63	29,63	29,63
7	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão	120,84	0	52,1	55,1	12,4	52,1	55,1
8	Redes primárias de faixas de gestão de combustíveis	878,13	655,98	233,23	140,3	46,5	307,04	151,06
9	Redes terciárias de faixas de gestão de combustíveis	116,58	0	16,45	21,1	21,65	51,53	16,53
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão	135,56	0	68,28	28,19	39,09	68,28	28,19
13	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta tensão	57,72	0	9,95	47,74	0,03	9,95	47,74

De acordo com o artigo 16º do Decreto-Lei n.º124/2006 de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º14/2019 de 21 de janeiro, a construção de edificações para habitação, comércio,

serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, são proibidas nos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de incêndios das classes alta e muito alta.

As novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas, têm de salvaguardar, na sua implementação no terreno, a garantia de distância à extrema da propriedade, uma faixa de proteção nunca inferior a 50m e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo acesso.

As arborizações e rearborizações com espécies florestais, definidas pela legislação em vigor, deve se implementar aceiros no perímetro das parcelas a intervencionar, sempre que se justifique, com uma faixa nunca inferior a 4m de largura, nos termos do n.º 4 do artigo 13º, do Decreto-Lei anteriormente referido, bem como salvaguardar das várias infraestruturas no âmbito da gestão agro-florestal, com a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios, principalmente onde o risco de incêndio é elevado e muito elevado.

4.1.2.2 RVF

Tabela 10 – Distribuição da Rede Viária Florestal

Ordem das Vias	Classificação	Área Total (km)		Distribuição da Área Total com Intervenção (km)				
		Com Intervenção	Sem Intervenção	2021	2022	2023	2024	2025
Fundamental de 1. ^a ordem	1	149,786	0	149,786	149,786	149,786	149,786	149,786
Fundamental de 2. ^a ordem	2	112,736	0	56,918	0	0	55,818	56,918
Complementar	3	112,366	0	48,360	18,636	36,578	11,441	0,883

Ordem das Vias	Classificação	Área Total (km)		Distribuição da Área Total com Intervenção (km)				
		Com Intervenção	Sem Intervenção	2026	2027	2028	2029	2030
Fundamental de 1. ^a ordem	1	149,786	0	149,786	149,786	149,786	149,786	149,786
Fundamental de 2. ^a ordem	2	112,736	0	0	0	54,804	57,932	0
Complementar	3	112,366	0	48,360	18,636	35,057	12,962	2,069

4.1.2.3 RPA

Tabela 11 – Distribuição da Rede de Pontos de Água 2021-2025

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2021	2022	2023	2024	2025
Charca Sr Manuel Nunes	1	214	T	200					
Furtado: junto a antiga EN 3	2	214	T	2100					
Teixogueira	3	214	M	23100	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Charca de Alberto Paisana e outros	4	214	M	500					
Charca antes entrada Alvisquer	5	214	T	240					
Charca alberto Paisana	6	214	T	312					
Charca Alvisquer - nascente -paralado Areia	7	214	T	300					
Torre Fundeira -Faisca	8	214	T	375					
Torre Fundeira -junto estradao	9	214	T	240					
Praia Fluvial do Alamal	10	211	M	250000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Charca no Vale Entrudo (zona por baixo linha electrica)	11	214	T	60					
Charca da Represa	12	214	T	835					
Covao do Pereiro	13	214	T	300					
Charca Vale Mata-Poente	14	214	T	280					
Charca Vale da Mata Sul	15	214	T	290					
Pai Dias	16	214	T	160					
Horta do Orlando	17	214	T	80					

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2021	2022	2023	2024	2025
ETAR do Gavião	18	115	A	5000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Amieira Cova -Ze Mendes	19	214	T	500					
Vale Carvalho	20	214	M	6100	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Quinta da Margalha	21	214	M	50000					
Fonte dos Garfos	22	214	M	20000					
Vale da Presa (Quinta da Margalha)	23	214	M	8400					
Degracia	24	214	T	2000					
Vale Grande	25	214	M	3000					
Lameiran cha	26	214	M	21000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Amieira Cova Sul	27	214	M	10800	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Horta das Bicas	28	214	M	8100					
Vale de Grou	29	214	M	32000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Monte das Ferrarias	30	214	T	432					
Parque da Ribeira da Venda	31	115	T	480					
Bracal_Vale da Feiteira	32	214	T	3416					
Biouco	33	214	T	405					
Monte do Polvorao	34	214	M	7425					
Vale Joao Russo	35	214	T	2000					
Pinhal do Maia - Herd. Vale Vinha	36	214	T	150					

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2021	2022	2023	2024	2025
Charca monte Va. Vinha	37	214	T	320					
Vale da Mendiga	38	214	M	8100					
Monte Meao	39	214	M	3000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Poco - fundo do Vale de Monte Meao	40	112	T	130					
Rib. S. Bartolomeu	41	225	T	150					
Charca Vale do Gato	42	214	M	600					
Vale de Carvalho	43	214	M	7000					
Vale da Ferrujenta	44	214	M	2250					
Ribeira de Margem-Vale de Bordalo	45	225	T	500					
Vale do Homem	46	214	M	500					
Monte das Polvorosas	47	114	T	86					
Ribeira das Polvorosas	48	225	T	360					
Monte da Costa	49	214	M	500					
Charca do Vale da Arrabaca	50	214	M	440					
Monte dos Pereiros	51	214	T	400					

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2021	2022	2023	2024	2025
Moinho Torrao-Cunhado Dr Barreto	52	214	M	1875					
Rib. de moinho Torraça	53	225	T	75					
Barragem de Belver	54	211	M	525000					
Barragem Belver_Ribeira de Eiras	55	211	M	0					
Poco - dentro da Cha Oliveiras -perigoso -nao tem protecao	56	112	T	40					
Cadafaz-junto Est. AlamalPortela das Chas	57	214	T	240					
Quinta da Coca	58	214	M	600					
Charca Nova - Polvorosas	59	214	M	96000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Monte das Lameiras	60	214	M	3976					
Herd. Ferrarias -Hortas	61	214	T	1800					
Junto Estrada Comenda -proximo porcos	62	214	M	1000					
Charca da Comenda -Mato Brito	63	214	M	42000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2021	2022	2023	2024	2025
Ribeira da Polvorosa	64	214	T	625					
Ponte do Tejo em Belver	65	211	A	112500					
Areia: Charca do Zacarias	66	214	T	1250					
Palha Carga	67	214	M	9900	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Rib de Eiras	68	225	T	500					
Tanque do Sr Jose Farinha	69	114	T	20					
Alvisquer - nascente para lado areia	70	214	T	80					
Charca de Alvisquer	71	214	M	1700					
Charca Rib Eiras	72	225	T	8000					
Charca Est. Ferraria-Comenda -Eng Rui	73	214	M	3000					
Vale Salgueiro	74	214	M	0	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Motedo	75	214	M	0	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Vale da Madeira	76	214	M	0					
EN244	77	111	M	0					
Degracias	78	111	M	0					
Vale da Vinha	79	111	M	0					
Vale de Junco	80	111	M	0					

Tabela 12 - Distribuição da Rede de Pontos de Água 2026-2030

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção				
					MAN - manutenção/beneficiação				
					2026	2027	2028	2029	2030
Charca Sr Manuel Nunes	1	214	T	200					
Furtado: junto a antiga EN 3	2	214	T	2100					
Teixogueira	3	214	M	23100	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Charca de Alberto Paisana e outros	4	214	M	500					
Charca antes entrada Alvisquer	5	214	T	240					
Charca alberto Paisana	6	214	T	312					
Charca Alvisquer - nascente -para lado Areia	7	214	T	300					
Torre Fundeira -Faisca	8	214	T	375					
Torre Fundeira -junto estradao	9	214	T	240					
Praia Fluvial do Alamal	10	211	M	250000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Charca no Vale Entrudo (zona por baixo linha electrica)	11	214	T	60					
Charca da Represa	12	214	T	835					
Covao do Pereiro	13	214	T	300					
Charca Vale Mata-Poente	14	214	T	280					
Charca Vale da Mata Sul	15	214	T	290					
Pai Dias	16	214	T	160					
Horta do Orlando	17	214	T	80					

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2026	2027	2028	2029	2030
ETAR do Gavião	18	115	A	5000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Amieira Cova -Ze Mendes	19	214	T	500					
Vale Carvalho	20	214	M	6100	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Quinta da Margalha	21	214	M	50000					
Fonte dos Garfos	22	214	M	20000					
Vale da Presa (Quinta da Margalha)	23	214	M	8400					
Degracia	24	214	T	2000					
Vale Grande	25	214	M	3000					
Lameiran cha	26	214	M	21000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Amieira Cova Sul	27	214	M	10800	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Horta das Bicas	28	214	M	8100					
Vale de Grou	29	214	M	32000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Monte das Ferrarias	30	214	T	432					
Parque da Ribeira da Venda	31	115	T	480					
Bracal_Vale da Feiteira	32	214	T	3416					
Biouco	33	214	T	405					
Monte do Polvorao	34	214	M	7425					
Vale Joao Russo	35	214	T	2000					
Pinhal do Maia - Herd. Vale Vinha	36	214	T	150					

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2026	2027	2028	2029	2030
Charca monte Va. Vinha	37	214	T	320					
Vale da Mendiga	38	214	M	8100					
Monte Meao	39	214	M	3000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Poco - fundo do Vale de Monte Meao	40	112	T	130					
Rib. S. Bartolomeu	41	225	T	150					
Charca Vale do Gato	42	214	M	600					
Vale de Carvalho	43	214	M	7000					
Vale da Ferrujenta	44	214	M	2250					
Ribeira de Margem-Vale de Bordalo	45	225	T	500					
Vale do Homem	46	214	M	500					
Monte das Polvorosas	47	114	T	86					
Ribeira das Polvorosas	48	225	T	360					
Monte da Costa	49	214	M	500					
Charca do Vale da Arrabaca	50	214	M	440					
Monte dos Pereiros	51	214	T	400					

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2026	2027	2028	2029	2030
Moinho Torrao-Cunhado Dr Barreto	52	214	M	1875					
Rib. de moinho Torraça	53	225	T	75					
Barragem de Belver	54	211	M	525000					
Barragem Belver_Ribeira de Eiras	55	211	M	0					
Poco - dentro da Cha Oliveiras -perigoso -nao tem protecao	56	112	T	40					
Cadafaz-junto Est. AlamalPortela das Chas	57	214	T	240					
Quinta da Coca	58	214	M	600					
Charca Nova - Polvorosas	59	214	M	96000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Monte das Lameiras	60	214	M	3976					
Herd. Ferrarias -Hortas	61	214	T	1800					
Junto Estrada Comenda -proximo porcos	62	214	M	1000					
Charca da Comenda -Mato Brito	63	214	M	42000	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN

Identificação	ID_PA	Tipo PA	CLASSE_PA	VOL_MAX (m3)	Tipo de Intervenção				
					COM - construção MAN - manutenção/beneficiação				
					2026	2027	2028	2029	2030
Ribeira da Polvorosa	64	214	T	625					
Ponte do Tejo em Belver	65	211	A	112500					
Areia: Charca do Zacarias	66	214	T	1250					
Palha Carga	67	214	M	9900	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Rib de Eiras	68	225	T	500					
Tanque do Sr Jose Farinha	69	114	T	20					
Alvisquer - nascente para lado areia	70	214	T	80					
Charca de Alvisquer	71	214	M	1700					
Charca Rib Eiras	72	225	T	8000					
Charca Est. Ferraria-Comenda -Eng Rui	73	214	M	3000					
Vale Salgueiro	74	214	M	0	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Motedo	75	214	M	0	MAN	MAN	MAN	MAN	MAN
Vale da Madeira	76	214	M	0					
EN244	77	111	M	0					
Degracias	78	111	M	0					
Vale da Vinha	79	111	M	0					
Vale de Junco	80	111	M	0					

4.1.2.4 Metas e indicadores

Tabela 13 – Metas e Ações para o período de 2021 a 2030.

Rede	Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
				2021	2022	2023	2024	2025
FGC e MPGC	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com edifícios integrados em espaços rurais	Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva	ha	121	121	121	121	121
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com aglomerados populacionais			709	709	709	709	709
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede viária	Diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios		298	298	298	298	298
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede primária			233	140	47	307	151
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede terciária			68	21	11	11	57
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede ferroviária	Isolar/reduzir focos potenciais de incêndios		30	30	30	30	30
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com polígonos industriais			70	70	70	70	70
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede elétrica de muito alta tensão			55	12	52	55	12
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede elétrica de alta e média tensão			76	39	78	76	39
RFV	<u>Avaliação</u> da rede viária florestal	Manter o bom estado conservação	km	255	168	240	221	208
RPA	<u>Avaliação</u> do estado de conservação rede pontos de água	Manter o bom estado conservação	unid	13	13	13	13	13

Rede	Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
				2026	2027	2028	2029	2030
FGC e MPGC	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com edifícios integrados em espaços rurais	Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva	ha	121	121	121	121	121
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com aglomerados populacionais			709	709	709	709	709
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede viária	Diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios		298	298	298	298	298
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede primária			233	140	47	307	151
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede terciária			16	21	22	52	17
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede ferroviária	Isolar/reduzir focos potenciais de incêndios		30	30	30	30	30
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com polígonos industriais			70	70	70	70	70
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede elétrica de muito alta tensão			52	55	12	52	55
	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede elétrica de alta e média tensão			78	76	39	78	76
RFV	<u>Avaliação</u> da rede viária florestal	Manter o bom estado conservação	km	198	168	240	210	207
RPA	<u>Avaliação</u> do estado de conservação rede pontos de água	Manter o bom estado conservação	unid	13	13	13	13	13

4.1.2.5 Orçamento e responsáveis

Tabela 14 – Orçamento no período de 2021 a 2030

Rede	Ação	Responsáveis	Orçamento (€)				
			2021	2022	2023	2024	2025
FGC e MPGC	Manutenção de FGC confinantes com edifícios integrados em espaços rurais	Proprietários, arrendatários ou usufrutuários	57.200	57.200	57.200	57.200	57.200
	Manutenção de FGC confinantes com aglomerados populacionais		308.800	308.800	308.800	308.800	308.800
	Manutenção de FGC confinantes com a rede viária	Infraestruturas de Portugal, CMG	121.200	121.200	121.200	121.200	121.200
	Manutenção de FGC confinantes com a rede primária	Entidades responsáveis	105.600	75.200	20.400	143.600	63.200
	Manutenção de FGC confinantes com a rede terciária	Entidades responsáveis	4.400	9.200	4.800	0	2.400
	Manutenção de FGC confinantes com a rede ferroviária	Infraestruturas de Portugal	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000
	Manutenção de FGC confinantes com polígonos industriais	Entidades responsáveis	47.600	47.600	47.600	47.600	47.600
	Manutenção de FGC confinantes com a rede elétrica de muito alta tensão	REN	40.000	5.200	25.200	22.400	22.800
	Manutenção de FGC confinantes com a rede elétrica de alta e média tensão	EDP	13.200	20.800	1.200	38.400	2.000
	RFV	Avaliação da rede viária florestal	Infraestruturas de Portugal, CMG	*	*	*	*
RPA	Avaliação do estado de conservação rede pontos de água	CMG	*	*	*	*	*

*Incluído nos custos de funcionamento normal das Entidades

Rede	Ação	Responsáveis	Orçamento (€)				
			2026	2027	2028	2029	2030
FGC e MPGC	Manutenção de FGC confinantes com edifícios integrados em espaços rurais	Proprietários, arrendatários ou usufrutuários	57.200	57.200	57.200	57.200	57.200
	Manutenção de FGC confinantes com aglomerados populacionais		308.800	308.800	308.800	308.800	308.800
	Manutenção de FGC confinantes com a rede viária	Infraestruturas de Portugal, CMG	121.200	121.200	121.200	121.200	121.200
	Manutenção de FGC confinantes com a rede primária	Entidades responsáveis	105.600	75.200	20.400	143.600	63.200
	Manutenção de FGC confinantes com a rede terciária	Entidades responsáveis	4.400	9.200	4.800	0	2.400
	Manutenção de FGC confinantes com a rede ferroviária	Infraestruturas de Portugal	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000
	Manutenção de FGC confinantes com polígonos industriais	Entidades responsáveis	47.600	47.600	47.600	47.600	47.600
	Manutenção de FGC confinantes com a rede elétrica de muito alta tensão	REN	20.800	26.400	5.200	38.800	25.200
	Manutenção de FGC confinantes com a rede elétrica de alta e média tensão	EDP	20.800	1.200	38.400	2.000	27.600
RFV	Avaliação da rede viária florestal	Infraestruturas de Portugal, CMG	*	*	*	*	*
RPA	Avaliação do estado de conservação rede pontos de água	CMG	*	*	*	*	*

*Incluído nos custos de funcionamento normal das Entidades

Os orçamentos foram baseados na CAOF mais recente publicada pelo ICNF.

4.2 Redução da incidência dos incêndios

Para que não se registre um número elevado de ocorrências, é necessária uma intervenção ao nível da prevenção estrutural, com um conjunto de atividades, tendo como objetivo principal a redução de probabilidade de ocorrências de incêndios florestais.

A principal fonte de ignição dos incêndios florestais são as atividades humanas, e é sobre a alteração desses comportamentos humanos que se deverá atuar nos diferentes segmentos populacionais.

Tabela 15 – Redução da Incidência dos Incêndios

Objetivo Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização e educação das populações - Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
Objetivo Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> - sensibilização das populações - sensibilização e educação escolar - fiscalização
Ação	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação - desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar - definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração e a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição

4.2.1 Avaliação

4.2.1.1 Comportamentos de risco

Tabela 16 – Comportamentos de Risco

Grupo-Alvo	Identificação de Comportamentos de Risco			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?
Núcleos Habitacionais	Uso do fogo	queima de sobrantes/lixo	Território Municipal	todo o ano
População	Uso do fogo - fogueiras	confeção de comida		período crítico
Proprietário Florestal	Acidentais	atrito de partes metálicas		período crítico
	Uso do fogo	queima sobrantes		período crítico
Automobilista	Fumar	pontas incandescentes		todo o ano

4.2.1.2 Fiscalização

A capacidade de fiscalização será tão mais eficaz quanto melhor a integração dos vários grupos alvo ao nível das suas responsabilidades. O Município de Gavião desenvolve, nas suas competências de fiscalização, funções de comportamento dos riscos presente, principalmente nas ações preventivas antes do período crítico estabelecido.

Tabela 17 – Fiscalização no ano de 2019

Autos Levantados	Processos 2019			
	instruídos	não enquadrados	contraordenação	contraordenação (%)
7	2	1	4	57.14

4.2.2 Planeamento das ações referentes ao 2.º Eixo Estratégico

4.2.2.1 Sensibilização

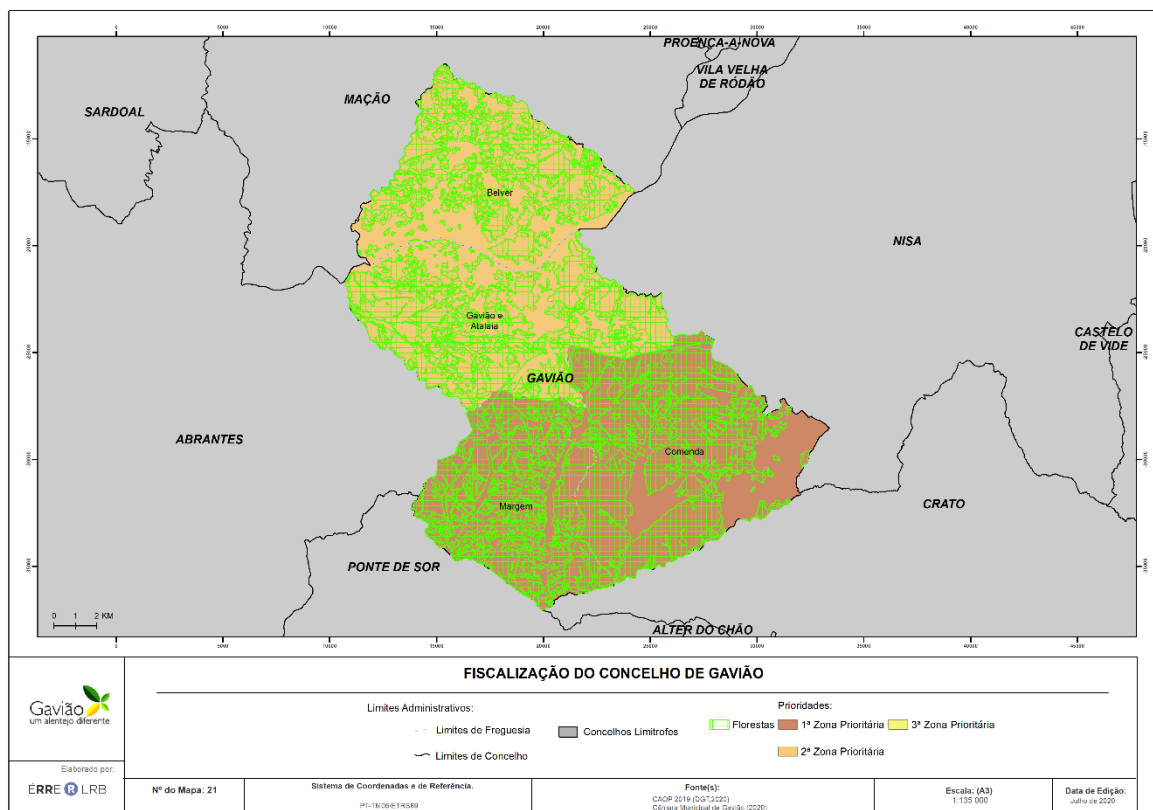
Tabela 18 – Ações de Sensibilização no Território Municipal

Ações	Objetivo	Local	Data	Indicadores
				2021 a 2030
Elaboração de editais de prevenção	Alertar para a necessidade de gestão de combustíveis junto aos aglomerados	Território Municipal	até 15 de março	X
Sessões sobre Faixas de Gestão Combustíveis junto a Edificações	Sensibilizar a população na obrigatoriedade de gestão dos combustíveis junto das edificações e/ou aglomerados populacionais	Juntas Freguesia	todo o ano	X
Projeto "Aldeia Segura Pessoas Seguras"	Sensibilização a população na forma de agir em caso de ocorrência de incêndio	Território Municipal	1.º trimestre	X
Projeto "Gavião-Floresta Autóctone"	Arborizações com espécies autóctones e de forma ordenada	Território Municipal	todo o ano	X
Comemoração do dia da árvore	Sensibilização da população escolar da riqueza do espaço florestal	Território Municipal	3.ª semana março	X
Comemoração do dia da floresta Autóctone	Sensibilização da população escolar da riqueza do espaço florestal	Território Municipal	3.ª semana novembro	X

4.2.2.2 Fiscalização

A fiscalização será efetuada pelas autoridades policiais e pelos serviços municipais, de maneira a garantir a execução de todas as Faixas de Gestão de Combustível e outras tarefas previstas neste documento. Assim, foram definidas áreas prioritária de fiscalização que se encontram definidas no mapa 22.

Figura 23 - Fiscalização



4.2.2.3 Metas e indicadores

Tabela 19 – Ações de Sensibilização e Fiscalização do Concelho de Gavião

Ações	Metas	Indicadores
		2021 a 2030
Sensibilização	Redução n.º ocorrências	- faixas gestão combustíveis junto aos aglomerados populacionais - uso do fogo corretamente
	Redução área ardida	- salvaguardar a rede viária florestal - salvaguardar a rede pontos de água
	Ordenamento território	- utilização de espécies autóctones nas novas arborizações
	Informação	- divulgação na página do município sobre setor agroflorestal
Fiscalização	Redução n.º ocorrências	- faixas gestão combustíveis da rede secundária - vigilância durante o período crítico pela Equipa de Sapadores Florestais
	Ordenamento território	- acompanhamento das ações de arborização

4.2.2.4 Orçamento e responsáveis

Tabela 20 – Orçamento das Ações de Sensibilização e Fiscalização

Ações		Entidade Responsável	Orçamento*
			(€/ano) 2021 a 2030
Sensibilização	- faixas gestão combustíveis junto aos aglomerados populacionais	CMG	1.500,00
	- agir em caso de incêndio	JF	1.000,00
	- salvaguardar a rede viária florestal	CMG	1.000,00
	- salvaguardar a rede pontos de água	JF	1.000,00
	- utilização de espécies autóctones nas novas arborizações	CMG	1.000,00
	- divulgação na página do município sobre setor agro florestal	CMG	500,00
Fiscalização	- faixas gestão combustíveis da rede secundária	CMG GNR	500,00
	- vigilância durante o período crítico pela Equipa de Sapadores Florestais	APFLOGAV APFLOBEV GNR	40.040,00
	- acompanhamento das ações de arborização	CMG GNR ICNF	1.500,00

*apenas o orçamento da CMG, APFLOGAV e APFLOBEV

4.3 Melhoria da eficiência do ataque e da gestão dos incêndios

Organizar, seja em que circunstância for, permite atempadamente um conhecimento na forma como agir em caso de necessidade. No caso concreto dos incêndios florestais, uma organização sobre as entidades responsáveis, sobre os meios disponíveis e sobre os canais de comunicação permite garantir atempadamente a detenção e extinção dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções.

Só de uma forma organizada é possível concertar responsabilidades entre as várias entidades, com o objetivo de uma melhor eficácia, ou seja, uma correta gestão dos incêndios florestais.

Tabela 21 – Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios

<p>Objetivo Estratégico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção - Adequação da capacidade de 1.ª intervenção - Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio
<p>Objetivo Operacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - estruturação e gestão da vigilância e da deteção como um sistema integrado - estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção - garantia da correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio - integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão
<p>Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - execução da inventariação dos meios e recursos existentes - definição de setores territoriais e locais estratégicos de estacionamento para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio - identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção - identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão

4.3.1 Avaliação

4.3.1.1 Vigilância e deteção

Figura 24 – Rede de Vigilância e Deteção de Incêndio do Concelho de Gavião

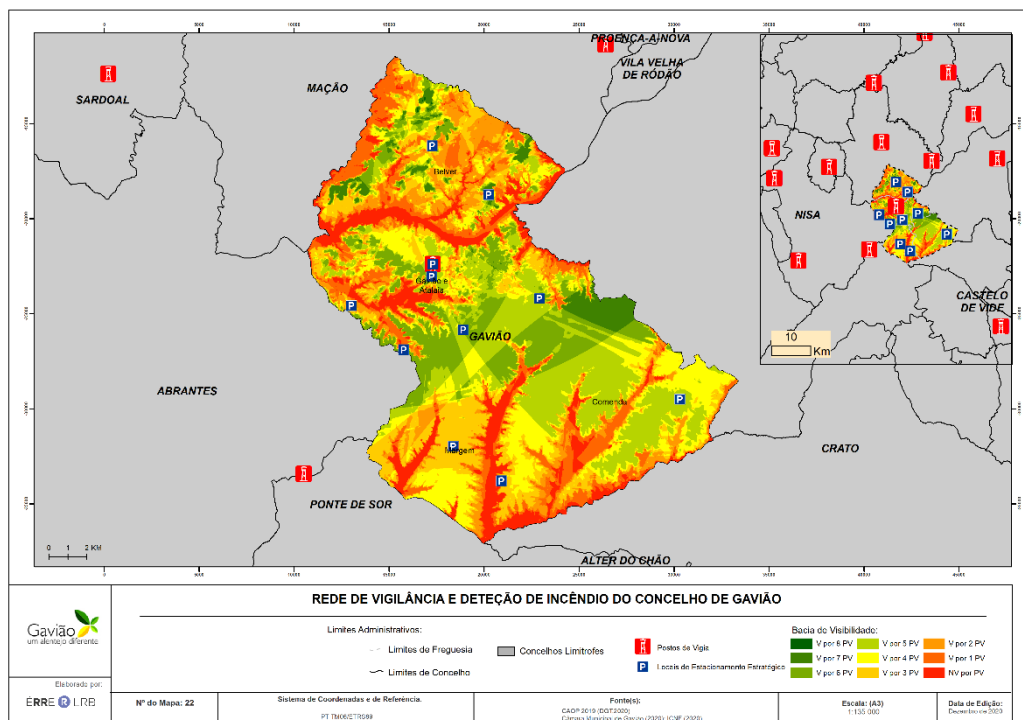


Tabela 22 – Índice entre o n.º de ocorrência e o n.º de equipas de vigilância

Fase Operacional	Equipa Vigilância (n.º)	Ocorrências no ano 2019 (n.º)	Ocorrência por Equipa de Vigilância (n.º)
<i>Permanente Nível I</i>	1	3	3
<i>Reforçado Nível II</i>	1	0	0
<i>Reforçado Nível III</i>	2	7	3,5
<i>Reforçado Nível IV</i>	3	8	2,7
<i>Reforçado Nível III</i>	2	0	0
<i>Reforçado Nível II</i>	1	0	0
<i>Permanente Nível I</i>	1	0	0

4.3.1.2 Primeira intervenção

Figura 25 – Primeira Intervenção Do Concelho de Gavião

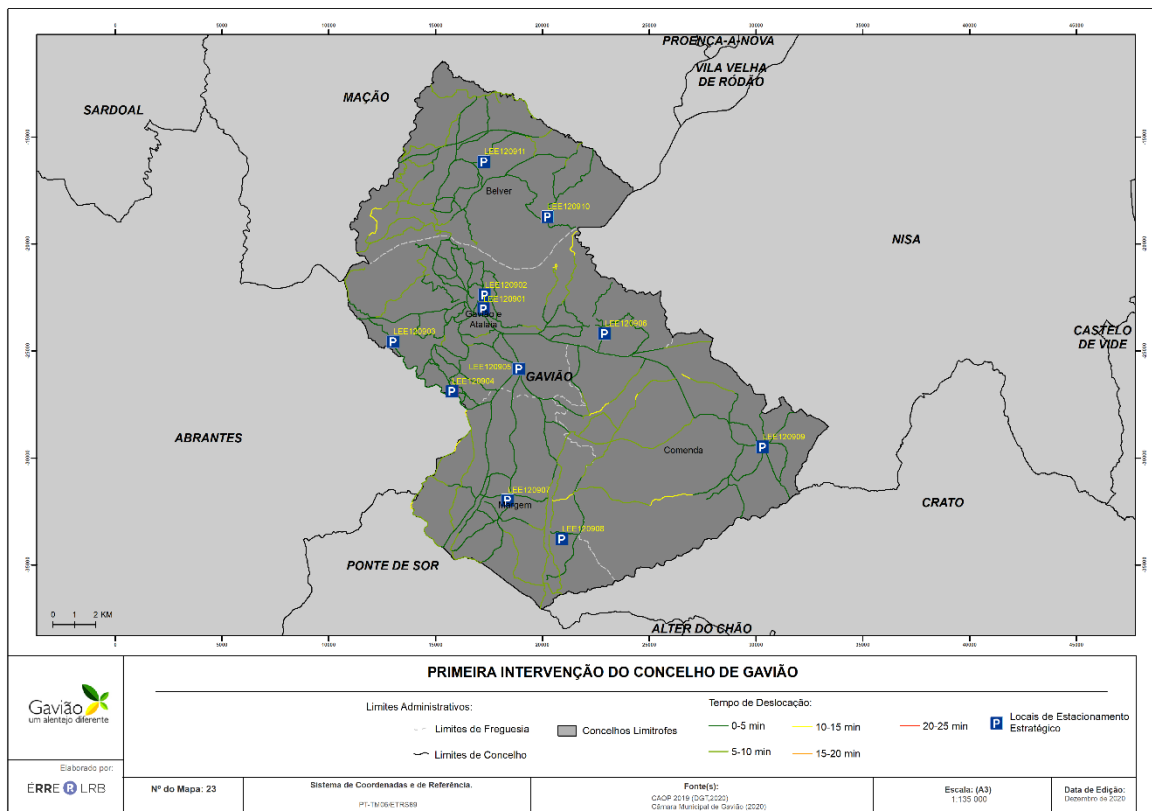
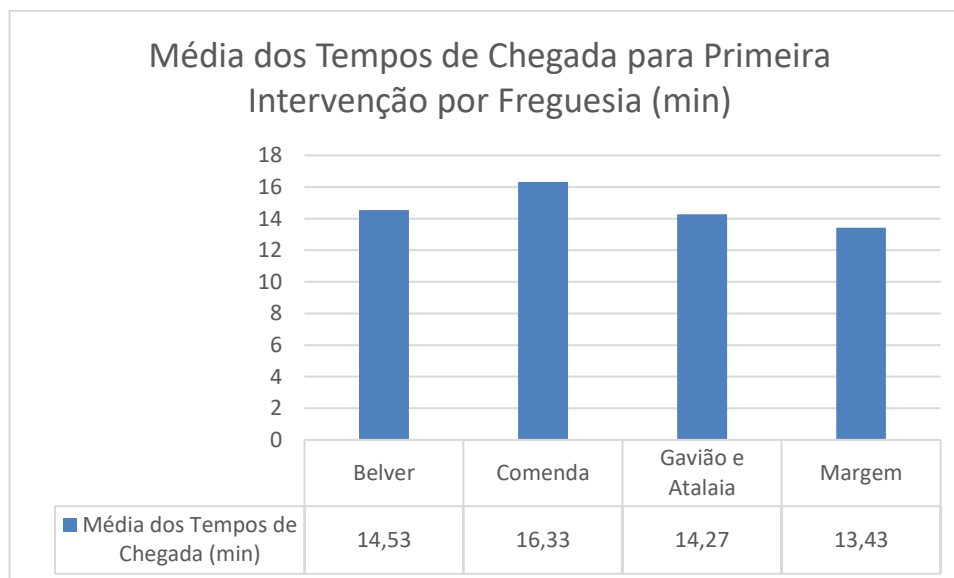


Tabela 23 – Índice entre o n.º de Ocorrência e o n.º de Equipas de 1ª Intervenção

Fase Operacional	Equipa 1. ^a intervenção (n.º) e Número de Elementos	Ocorrências no ano 2019 (n.º)	Ocorrência por Equipa de 1. ^a intervenção (n.º) e Número de Elementos
<i>Permanente Nível I</i>	1/5	3	3/0,6
<i>Reforçado Nível II</i>	1/5	0	0/0
<i>Reforçado Nível III</i>	2/5	7	3,5/1,4
<i>Reforçado Nível IV</i>	3/5	8	2,7/1,6
<i>Reforçado Nível III</i>	2/5	0	0/0
<i>Reforçado Nível II</i>	1/5	0	0/0
<i>Permanente Nível I</i>	1/5	0	0/0

Figura 26 – Gráfico da Média dos Tempos de Chegada para Primeira Intervenção por Freguesia (min)



4.3.1.3 Rescaldo e vigilância pós-incêndio

Tabela 24 – Número de Reacendimentos no Período de 2010 a 2019

Ano	Reacendimentos (n.º)
2010	0
2011	0
2012	0
2013	1
2014	0
2015	0
2016	0
2017	0
2018	0
2019	3

4.3.2 Planeamento das ações referentes ao 3.º Eixo Estratégico

4.3.2.1 Metas e indicadores

Tabela 25 – Ações, Metas e Indicadores para o Período de 2021 a 2030

Ações	Metas	Indicadores				
		2021	2022	2023	2024	2025
Vigilância e Detecção	redução n.º de ocorrências	<13	<12	<11	<10	<9
	detetar precocemente focos de incêndio	todas ocorrências	todas ocorrências	todas ocorrências	todas ocorrências	todas ocorrências
1.ª Intervenção	redução da área ardida por ocorrência	<1ha	<1ha	<1ha	<1ha	<1ha
	durante os 20 minutos depois do alerta	100%	100%	100%	100%	100%
	redução do combate de ataque ampliado	<3	<3	<3	<3	<3
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	manter o n.º de reacendimentos	0	0	0	0	0
Ações	Metas	Indicadores				
		2026	2027	2028	2029	2030
Vigilância e Detecção	redução n.º de ocorrências	<8	<7	<6	<5	<4
	detetar precocemente focos de incêndio	todas ocorrências	todas ocorrências	todas ocorrências	todas ocorrências	todas ocorrências
1.ª Intervenção	redução da área ardida por ocorrência	<0,5ha	<0,5ha	<0,5ha	<0,5ha	<0,5ha
	durante os 20 minutos depois do alerta	100%	100%	100%	100%	100%
	redução do combate de ataque ampliado	<3	<3	<3	<3	<3
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	manter o n.º de reacendimentos	0	0	0	0	0

4.3.2.2 Orçamento e responsáveis

Tabela 26 – Orçamento e Entidades Responsáveis para o Período de 2021 a 2030

Ações	Metas	Entidades Responsáveis	Estimativa Orçamento*
			(€/ano) 2021 a 2030
Vigilância e Detecção	redução n.º de ocorrências	CMG/BG	115.040
	detetar precocemente focos de incêndio		
1.ª Intervenção	redução da área ardida por ocorrência	ICNF/ APFLOGAV APFLOBEV	
	durante os 15 minutos depois do alerta	GNR	
	redução do combate de ataque ampliado		
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	manter o n.º de reacendimentos		

*apenas o orçamento da CMG/BG (3meses*25.000,00€) e ICNF/APFLOGAV.APFLOBEV.CIMAA (55dias*364,00€*2ESF)

4.4 Recuperar e reabilitar ecossistemas

O ordenamento do Território é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais, ou seja, a realização de intervenções de estabilização de emergência é fundamental na organização do espaço rural, quer seja antes ou depois dos incêndios florestais, fazendo-se cumprir a legislação em vigor.

Tabela 27 – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas

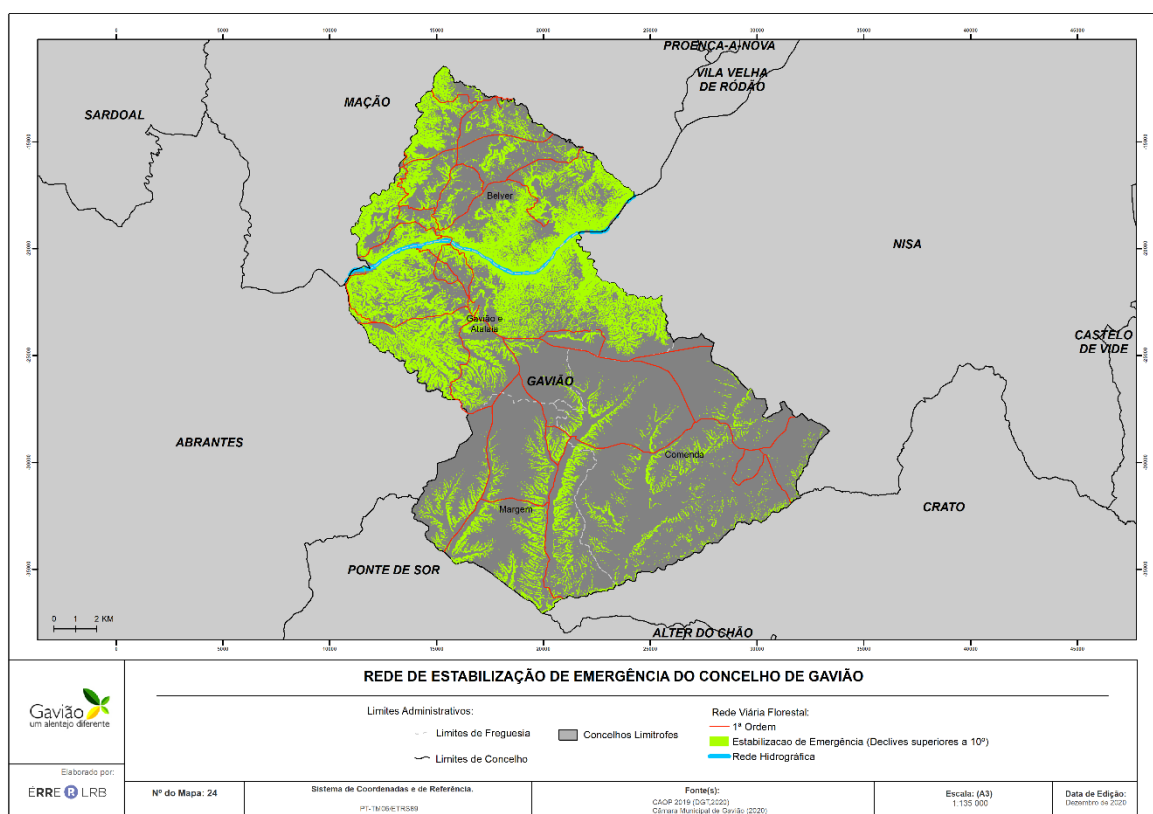
Objetivo Estratégico	- Recuperar e reabilitar os ecossistemas
Objetivo Operacionais	- avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo
Ação	- identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo - definição da tipologia de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e <i>habitats</i> mais sensíveis

4.4.1 Avaliação

4.4.1.1 Estabilização de emergência

Na data de elaboração do presente documento não se regista a necessidade de efetuar medidas de estabilização de emergência, uma vez que a área ardida por ocorrência é muito reduzida nos últimos anos, por exemplo no ano de 2019 a média foi cerca de 1,63ha por ocorrência. Os locais prioritários para Estabilização de emergência encontram-se no Mapa 25, em seguida.

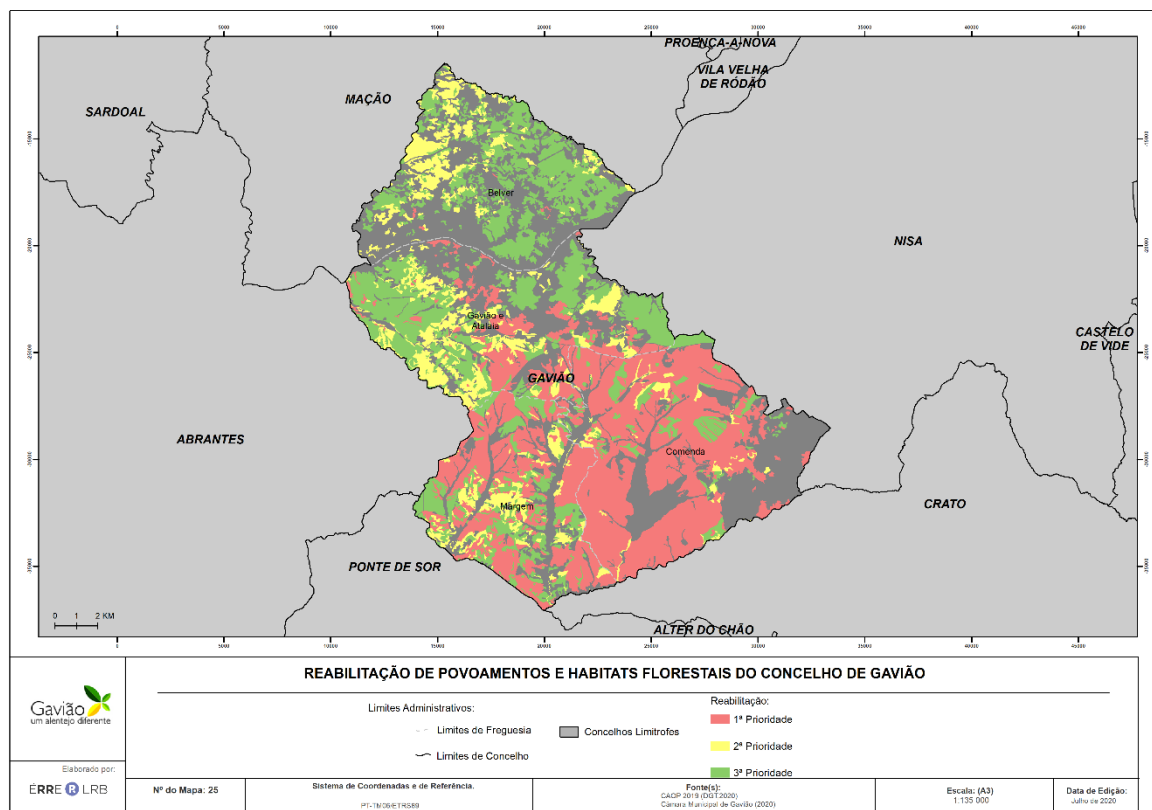
Figura 27 – Estabilização de Emergência



4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

Nos últimos anos apenas em 2017 se registou incêndios de grandes dimensões, onde se reabilitou parte da área afetada pelos programas estatais de reabilitação de povoamentos e habitats florestais no Concelho de Gavião.

Figura 28 – Reabilitação de povoamentos e habitats florestais



4.4.2 Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico

4.4.2.1 Estabilização de emergência

Atualmente, no Concelho de Gavião existe a necessidade de uma intervenção urgente na atividade florestal de produção com espécies de crescimento rápido e elevada combustibilidade, principalmente de forma ilegal, não cumprindo com o PMDFCI em vigor. Na data de elaboração do PMDFCI, estão previstos nos próximos anos, no âmbito do DFCI, a reflorestação com espécies autóctones mais resilientes ao fogo.

4.4.2.2 Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

Pelas características do Território e atendendo ao novo regime jurídico de arborização, o Município de Gavião, no papel do GTF, cumprirá com as competências que lhe são definidas pela legislação em vigor.

Nas áreas percorridas por incêndios florestais, o GTF, bem com as Associações de Produtores Florestais em Território Municipal, durante o período de vigência do PMDFCI,

disponibiliza-se para elaborar e acompanhar a reabilitação dos povoamentos florestais, bem como dos *habitats* florestais. As prioridades de Reabilitação de Povoamentos Florestais e Habitats Florestais estão plasmadas no Mapa 26.

4.5 Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

A nível distrital o CDOS constitui-se como um patamar único, profissional e permanente, garantindo, entre outras coisas, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência. A nível Municipal deverá ter como princípio fundamental a prevenção e proteção das pessoas, bens, floresta e meio ambiente.

Tabela 28 – Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional

Objetivo Estratégico	- Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta
Objetivo Operacionais	- Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico
Ação	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações - Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI - Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM - Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos - Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF - Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar o 15 de abril -Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento

4.5.1 Avaliação

4.5.1.1 Formação

Pela consulta efetuada nas várias entidades responsáveis instaladas no Município, foram identificadas as seguintes necessidades de formação:

Tabela 29 – Diagnóstico de formação para o período de 2021 a 2030

Formação	Entidade	Número de Elementos
SIG - Sistemas de Identificação Geográfica	GTF, BG	5
Incêndios Florestais - 1.º Intervenção	APFLOGAV, APFLOBEV, JF	30
Incêndios florestais - Combate	BG	30
Técnicas de utilização de material sapador	BG	30
Técnicas de silvicultura	APFLOGAV, APFLOBEV	10
Técnicas de utilização de moto-roçadouras	APFLOGAV, APFLOBEV, BG	25
Técnicas de utilização de motosserras	APFLOGAV, APFLOBEV, BG	25

4.5.2 Planeamento das ações referentes ao 5.º Eixo Estratégico

4.5.2.1 Organização SDFCI

No quadro seguinte estão representadas as entidades intervenientes no SDFCI do PMDFCI no Território Municipal, identificando as competências de coordenação na implementação dos diferentes eixos estratégicos constituintes do atual plano.

Tabela 30 – Entidades intervenientes no SDFCI

Eixos Estratégicos	Entidade com competência de coordenação e implementação das ações												
	CMG	BG	JF	GNR	PJ	ICNF	Proprietários	APFLOGAV	APFLOBEV	Infraestruturas de Portugal	EP	EDP	REN
1.º Eixo	x		x				x	x	x	x	x	x	x
2.º Eixo	x	x	x	x	x	x		x	x				
3.º Eixo		x	x				x	x	x				
4.º Eixo	x					x	x	x	x				
5.º Eixo	x	x	x				x	x	x				

No quadro 30, estão estabelecidos os temas de formação, para as várias entidades do Concelho, bem como uma estimativa orçamental, baseado no custo de anteriores formações, realizadas sob a responsabilidade do Município, para o período de vigência do plano.

Tabela 31 – Programa de formação e respetivo orçamento para o período de 2021 a 2030

Formação	Entidade	Número de Elementos	Estimativa Orçamento (€/ano)
			2021 a 2030
SIG - Sistemas de Identificação Geográfica	GTF BG	5	1.000,00
Incêndios Florestais - 1.º Intervenção	APFLOGAV APFLOBEV JF	15	500,00
Incêndios florestais - Combate	BG	30	500,00
Técnicas de utilização de material sapador	BG	30	500,00
Técnicas de silvicultura	APFLOGAV APFLOBEV	10	500,00
Técnicas de utilização de moto-roçadouras	APFLOGAV APFLOBEV BG	25	1.000,00
Técnicas de utilização de motosserras	APFLOGAV APFLOBEV BG	25	1.000,00

Tabela 32 – Cronograma de reuniões da CMDFCI par o período de 2021 a 2030

Reunião da CMDFCI	Assunto a tratar
1 a 15 abril cada ano	- Aprovação do POM
	- Atualização do PMDFCI, caderno I e II
15 a 30 novembro cada ano	- Avaliação da época estival
Sempre que se justifique, a CMDFCI reunirá fora destas datas	

O PMDFCI tem uma vigência de 10 anos, ou seja, de 2021 a 2030. É um documento dinâmico, que como foi referido no quadro anterior, será anualmente atualizado na 1.ª reunião da CMDFCI de cada ano, do período em causa.

A aprovação do POM rege-se pela legislação em vigor, ou seja, até ao dia 15 de abril de cada ano.

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO

O orçamento final para o período de vigência do PMDFCI, baseia-se na informação disponível, das várias entidades responsáveis, instaladas no Concelho, na implementação e desenvolvimento das atividades necessárias, para cumprir as metas definidas em cada ação.

Este orçamento permite ao Município de Gavião ter uma estimativa do investimento, em termos de DFCI, nas várias responsabilidades previstas nos eixos estratégicos do atual plano.

Contudo, uma vez que o atual plano tem um carácter dinâmico, propõe-se que cada entidade responsável elabore uma proposta de orçamento anualmente, de modo a ter uma estimativa de valores total/real de implementação do PMDFCI no Território do Concelho de Gavião.

5.1 Orçamento total

Tabela 33 – Estimativa de Orçamento para o Período de 2021 a 20230

Eixos Estratégicos	Estimativa Orçamento (€)				
	2021	2022	2023	2024	2025
1.º Eixo	710.000,00	657.200,00	598.400,00	751.200,00	637.200,00
2.º Eixo	48.040,00	48.040,00	48.040,00	48.040,00	48.040,00
3.º Eixo	115.040,00	115.040,00	115.040,00	115.040,00	132.500,00
4.º Eixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.º Eixo	5000,00	5000,00	5000,00	5000,00	5000,00
Total (ano)	878.080,00	825.280,00	766.480,00	919.280,00	822.740,00

Eixos Estratégicos	Estimativa Orçamento (€)					Total (eixo)
	2026	2027	2028	2029	2030	
1.º Eixo	698.400,00	658.800,00	615.600,00	731.200,00	665.200,00	6.723.200,00
2.º Eixo	48.040,00	48.040,00	48.040,00	48.040,00	48.040,00	480.400,00
3.º Eixo	132.500,00	132.500,00	132.500,00	132.500,00	115.040,00	662.500,00
4.º Eixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.º Eixo	5000,00	5000,00	5000,00	5000,00	5000,00	50.000,00
Total (ano)	883.940,00	844.340,00	801.140,00	916.740,00	833.280,00	7.916.100,00

6. BIBLIOGRAFIA

- “5.º Inventário Florestal Nacional”, Autoridade Florestal Nacional (Setembro - 2010).
- “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) – Guia Técnico”, Autoridade Florestal Nacional (Abril - 2012).
- “Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais 2015_2019, Câmara Municipal de Gavião (2009).
- “Plano Operacional Municipal Contra Incêndios Florestais _ Gavião 2019”, Câmara Municipal de Gavião (2014).
- “Manual de Aplicação de Gestão da Informação de Incêndios Florestais”, Autoridade Florestal Nacional.
- “Manual para Tratamento da Informação Geográfica Associada a Terrenos Percorridos por Incêndios”, Autoridade Florestal Nacional (Março 2010).